



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



NAPOLEÃO, O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL: A Presença de Maquiavel Na
Formação da Imagem Pública de Napoleão Bonaparte.

Professor:

Dr. DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JR.

Aluno:

DIEGO DA COSTA SOARES

NATAL- RN
2005

DIEGO DA COSTA SOARES

NAPOLEÃO, O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL: A Presença de Maquiavel Na Formação da Imagem Pública de Napoleão Bonaparte.



Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação do Professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque JR.

Natal-RN
2005

Para Emmanuelle, musa e
companheira de todas as horas e
Reno minha eterna felicidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I	
“O Nosso Soldado: O General Lê Maquiavel”.....	17
CAPÍTULO II	
“O nosso Salvador: O cônsul Compreende Maquiavel”.....	32
CAPÍTULO III	
“O Nosso Príncipe: Bonaparte se torna Napoleão I”.....	41
CAPÍTULO IV	
“O Príncipe foi Exilado: Bonaparte reflete sobre Maquiavel”.....	51
CONCLUSÃO.....	56
BIBLIOGRAFIA.....	58

INTRODUÇÃO

Muitos estadistas foram acusados de “maquiavelismo” pelos seus contemporâneos: Cromwell, Napoleão I, Napoleão III, Gladstone, Cavour, Bismarck entre outros. Esses acusados de maquiavelismo, foram líderes considerados responsáveis por grandes acontecimentos nos seus Estados¹.

Maquiavel nasceu no dia 3 de maio de 1469, em Florença, Estado que fazia parte de uma península que era constituída por um imenso mosaico de pequenos Estados com regimes políticos e sociais variados. Maquiavel assume seu primeiro cargo público em 1498, é designado segundo-chanceler de Florença, devendo cumprir missões delicadas na Itália e no estrangeiro, mantendo contato direto com César Borgia* e outros senhores da política européia, isso lhe possibilitou observar os costumes e intrigas das cortes francesas, romanas e dos demais principados italianos. Posteriormente foi nomeado administrador das milícias florentinas, que deviam segundo sua opinião, substituir os caros exércitos mercenários, todavia, é destituído de suas funções em novembro de 1512, com a restauração dos Médici em Florença. Foi preso em 1513 acusado de estar tramando contra o poder constituído, após ser torturado foi solto graças a um antigo amigo de infância, Juliano de Médici e vai para sua pequena propriedade em San Casciano. O tratado “O Príncipe” surge no verão de 1513, fruto da observação da atualidade política, de uma reflexão sobre as obras e pensadores antigos e do mesmo desejo obstinado de iniciar uma nova carreira a serviço dos Médici. Apesar de ser

¹ Bath, Sérgio. Maquiavelismo: A Prática Política Segundo Nicolau Maquiavel. São Paulo: ED: Ática S.^a P.8.

* César Borgia (1475-1507) foi nomeado Duque da Romanha pelo Rei da França, competente chefe militar, habilíssimo político, inescrupuloso quanto aos meios de tomar o poder, servirá de modelo para Maquiavel na formulação de O Príncipe.

adepto da República, já chegara à conclusão de que o republicanismo havia se tornado impossível no estado de corrupção em que se encontrava Florença, sujeito a invasões de potências vizinhas (Espanha e França) e que não existia outra saída a não ser um regime autoritário, o único capaz de criar na cidade os fundamentos de uma nova vida civil.

O Príncipe neste sentido, teoriza sobre a passagem do principado civil (uma espécie de presidência obtida sem violência e sem intrigas, graças ao apoio de uma parte da população), para o principado absoluto que através da centralização do poder estatal nas mãos de apenas um homem, visa superar as dissensões que minam o Estado, com a ascensão de uma autoridade principesca capaz de restaurar as instituições corrompidas.

O período compreendido entre a invasão da Itália, em 1494, por Carlos VIII da França, e o saque de Roma por Carlos V da Espanha, em 1527 viu uma Itália tumultuada. Os italianos estavam com suas instituições fragilizadas por não terem mais a força ou a bravura para resistirem aos conquistadores estrangeiros e por serem ao invés, manipulados e usados como peões num jogo de xadrez.

Havia uma marcada aceleração da instabilidade política, o caso extremo de Milão, exemplifica esta situação, Estado que entre o fim do século XV e início do século XVI, mudou de soberano uma dúzia de vezes.

Maquiavel deu ao Estado o sentido de “poder central, soberano, legiferante e capaz de decidir, sem compartilhar esse poder com ninguém.”² Todavia, é preciso perceber que o Príncipe não deve ser um tirano e se preocupar apenas com seus caprichos, mas ter como meta “o triunfo do Estado”. Para alcançar esta proeza, deve-se

² Châtelt, François, 1925- História das idéias políticas e sociais/ François Châtelt, Olivier Duhamel, Evelyne psier-kouchner; Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2000.P.38.

ter a legitimidade que para Lucio Levi, em sua participação no Dicionário de Política de Norberto Bobbio, é “atributo do Estado, que consiste na presença em uma parcela significativa de uma população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos.”³

A obra “O Príncipe”, serve de marco aos estudos de política. Os predecessores de Maquiavel se preocupavam com questões éticas, tendo o intuito de formular idéias que expressassem a melhor forma de governo. Este pensamento ideal, na concepção de um estado perfeito, foi encontrada em vários autores, entre os quais, podemos citar: Platão (A República), Aristóteles (A Política), Agostinho (A Cidade de Deus) , entre outros⁴.

O Príncipe exprimiu pela primeira vez a noção de Estado como forma de organização da sociedade da maneira como conhecemos atualmente. E é a percepção da evolução histórica de unidades políticas fracas e divididas, como as da Itália do Renascimento, para o Estado forte e centralizado que predomina até hoje, que faz com que Maquiavel seja considerado o fundador da ciência política.

Maquiavel foi pragmático. Ele não idealizou um Estado perfeito, mas um estado possível. Sua obra maior se apresentou como um manual técnico de como governar. Seu foco central foi o estado governado por um poder central e soberano⁵.

³ Bobbio, Norberto, 1909-Dicionário de Política/ Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino; UNB, 9ª ed. 1997. Vol. 2, P. 675

⁴ Châtelt, François, 1925- História das idéias políticas e sociais/ François Châtelt, Olivier Duhamel, Evelyne psier-kouchner; Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2000.

⁵ Bobbio, N. Maquiavel. In: A Teoria das Formas de Governo. Brasília: UNB, 1981. Cap: VI.

Maquiavel não é um historiador, mas fez uso da História, ou como queira, de exemplos, fatos e acontecimentos. Para ele, a História é cíclica, pois a natureza humana é invariável podendo os fatos se repetir, talvez não da mesma forma, mas essencialmente com as mesmas características. A utilização da História foi uma constante em toda a sua obra, como forma de ensinamento e sustento de suas idéias, sua teoria foi composta a partir das suas experiências enquanto Diplomata, e através de suas leituras sobre a “história universal.” O modelo apresentado em O Príncipe é a síntese de um personagem histórico, ao qual Maquiavel teria encontrado em vários soberanos da história.

“O Príncipe” é um manual que visa auxiliar um novo soberano a manter o poder e o controle do Estado. Apresenta exemplos das espécies de situações e problemas que esse Príncipe poderá ter que enfrentar, e aconselha-o de modo circunstanciado quanto ao modo de lhes fazer face. Perpassa nele um esboço de sugestões de que o novo príncipe terá chegado ao poder no seu estado por causa de uma conjugação do destino com o próprio valor e de que, para conservar o controle do governo, ele será obrigado a agir com grande sutileza e mesmo com astúcia e crueldade. Necessitará, além disso, de um Exército se quiser ver suas leis respeitadas.

O objetivo principal deste trabalho é confrontar idéias como as acima descritas, ou seja, pretendo analisar como as idéias de O Príncipe influenciam na prática política e construção da imagem de Napoleão Bonaparte. A escolha de Napoleão Bonaparte não foi aleatória, mas fundamentada nos próprios comentários de Bonaparte a “O Príncipe” de Maquiavel, compostos por manuscritos encontrados na carruagem de Bonaparte após a batalha de Waterloo em Mont-Saint-Jean, e que posteriormente, foram publicados pelo Abade Aimé Guillon no dia 18 de Junho de 1815.

Esta relação entre a prática política e as idéias políticas, no caso de as práticas de Napoleão Bonaparte em relação as leituras de “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel, será analisada a partir da compreensão de que a leitura feita por Bonaparte da clássica obra do florentino, representa, como afirma Jorge Larossa na sua obra *Pedagogia Profana*, uma lição, ao qual na leitura “não se busca o que o texto sabe, mas o que o texto pensa, ou seja, o que o texto leva a pensar. Por isso, depois da leitura, o importante não é que nós saibamos do texto, o que nós pensamos do texto, mas o que com o texto, ou contra o texto ou a partir do texto nós sejamos capazes de pensar”⁶.

Esta leitura possibilita a criação de um personagem. Esta construção do indivíduo, a partir da leitura de uma obra, têm um caráter de formação, que para Jorge Larossa, “ não é outra coisa senão o resultado de um determinado tipo de palavra: uma relação constituinte, configuradora, aquela em que a palavra tem o poder de formar ou transformar a sensibilidade e o caráter do leitor.”⁷

Sobre os comentários de Napoleão a *O Príncipe* de Maquiavel lembremos que “Só escrevendo (ou falando), como fez Rousseau nas *Confissões*, alguém pode fabricar um eu.”⁸ neste sentido poderemos perceber como se deu a formação do personagem Napoleão, através de suas leituras e comentários às lições encontradas em “*O Príncipe*” de Maquiavel. Bonaparte necessitava de um modelo de como obter e manter um poder que se legitime de uma outra maneira, diferentemente da hereditariedade ou do direito divino, como no caso do Antigo Regime, e que substituísse o direito a sucessão ao poder na França sem estar a mercê das Assembléias legislativas.

⁶ Larossa, Jorge. *Pedagogia Profana: Danças, Piruetas e Mascaradas*/ tradução de Alfredo Neto- Belo Horizonte; Autêntica, 1999. P 142.

⁷ *ibid.* p 46

⁸ *ibid.* p 38

A interdisciplinaridade sempre que necessária é utilizada no estudo da história, principalmente quando atuamos em áreas relacionadas à política. Podemos utilizar o Direito, a Sociologia e principalmente a Ciência Política e seus pensadores. Norberto Bobbio assegura que se a história do pensamento político houvesse permanecido invariável, o significado transmitido pelos clássicos teria de se chamar história da política. Neste sentido, pretendo traçar uma análise histórica que tome como ponto de partida lições sobre política e a própria prática política, para tentar demonstrar como se deu a ascensão, conquista e manutenção do poder de Napoleão Bonaparte, através da utilização das lições encontradas em “O Príncipe” de Maquiavel.

Quando pensamos sobre a possibilidade histórica de concretizar as idéias políticas de Maquiavel, lembramos que Gramsci na sua obra, “Maquiavel: a Política e o Estado Moderno” assegura que “o próprio Maquiavel afirma que as coisas que ele escreve são aplicadas, e foram aplicadas, pelos maiores homens da História”⁹.

Sérgio Bath na sua obra “Maquiavelismo: A Prática Política segundo Nicolau Maquiavel,” afirma que Balzac em seu romance, “*La cousine bette*” chama uma personagem feminina de “Maquiavel de saias” e Shakespeare, em suas peças, cita muitas vezes o escritor florentino¹⁰. Neste sentido, percebemos que existe uma relação entre certas atitudes individuais e as lições encontradas em “O Príncipe”.

No caso de Napoleão, não por sentimentos nacionais mas por desejar alcançar um poder absoluto, e se tornar um “César,” procurou buscar um modelo que balizasse

⁹ Gramsci, Antonio. Maquiavel, A Política e o Estado Moderno, 8ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

¹⁰ Bath, Sérgio. Maquiavelismo: A Prática Política Segundo Nicolau Maquiavel. São paulo: ED: Ática S.ª P.8.

suas ações. Desde a infância dedicou muito do seu tempo à leitura da vida dos “grandes” personagens da história, lê Rousseau, Montesquieu, Maquiavel, e principalmente a história dos grandes personagens da história de Plutarco.

Bonaparte participou de um momento histórico francês em que existia uma profunda instabilidade social; o Diretório instituído em 1795 pela constituição do ano III, onde grupos se sucediam no poder, de jacobinos extremistas a partidários da burguesia, como também as revoltas patrocinadas por realistas em 1795 e 1797, e o mais grave a insatisfação popular, culminando com a “conspiração dos iguais” em 1796.

A instabilidade política também fez parte do cotidiano do autor de O Príncipe, deixando os Estados italianos fragilizados perante as potências vizinhas, o que o levou a pensar que somente uma autoridade absoluta poderia instaurar a estabilidade política em Florença e nos demais territórios italianos.

Neste sentido a instabilidade daria margem a aspiração por um poder centralizado que traria uma calma interna e uma segurança jurídica principalmente em relação à propriedade, pois os saques sempre eram constantes neste período.

Assim como a situação vivida por Maquiavel, com a queda do antigo regime e o fortalecimento de uma sociedade burguesa, uma nova forma de representação do poder se faz necessária, pois os antigos “apetrechos” da realeza francesa utilizada para simbolizar e representar o poder, tão bem utilizados por monarcas como Luís XVI, estão no mínimo desgastados. Todavia com as revoluções burguesas, no final do século XVIII e início do século XIX, novas representações de poder deveriam surgir, a Lei é o artifício utilizado como símbolo e garantia deste novo estilo de poder, que através de forças coercitivas (polícia, Exército...) mantém, ou tenta manter, o poder e a estabilidade.

Bonaparte fará uma leitura de O Príncipe de Maquiavel e tecerá comentários nos quais exporá opiniões que nos dará uma idéia de como Bonaparte provavelmente utilizou as lições de O Príncipe na sua trajetória rumo ao poder.

Napoleão irá utilizar como um dos “pilares teóricos” de suas práticas políticas, a obra de Nicolau Maquiavel, “O Príncipe”. Dialogando e comentando a obra do florentino, Napoleão se tornara o personagem que irá assumir relevante papel na história de França, personagem que procurará representar na sua ascensão ao poder e ao Estado Francês: o do próprio Príncipe.

Sendo assim, se instaurará um fenômeno político conhecido como cesarismo e que segundo Gramsci, citado no dicionário de política de Norberto Bobbio representa a “solução arbitral, confiada a um grande personagem, de uma situação histórico política caracterizado por um equilíbrio de forças de perspectivas catastróficas,”que dependendo das circunstâncias históricas assumem um significado político e relativamente progressivo, pois “quando a força progressiva A luta contra a força regressiva B, pode ocorrer, não só que A vença B, ou B vença A, mas também que nem A vença B e nem B vença A, e anulando-se ambas reciprocamente, intervenha de fora uma terceira força C, e domine o que resta de A e de B ”. O próprio Gramsci enxerga o cesarismo em Napoleão I, que consolida um novo Estado.

Faz-se necessário relatar a trajetória de vida de Napoleão Bonaparte para posteriormente percebermos a tentativa deste de personificar o modelo de soberano encontrado em O Príncipe.

Napoleão Bonaparte nasceu em Ajaccio , na ilha mediterrânea da Córsega, em 15 de agosto de 1769. Filho de Leticia Ramolino e Carlo Ramolino, pertencentes a uma família da pequena nobreza toscana ligada aos dignitários da ilha. Poucos meses antes

do nascimento de Napoleão, conseqüentemente após a derrota de Pasquale Paoli* em Ponte Nuovo, a Córsega passa a pertencer à França.

Após freqüentar a escola militar de Brienne entre os anos de 1779 e 1785, é nomeado subtenente e integra o corpo de artilharia de guarnição na cidade francesa de Valence. Em 1792 é nomeado pelo General comandante da Córsega, amigo da família Bonaparte, ajudante maior e logo tenente coronel num batalhão dos guardas nacionais de Ajaccio.

Participa de agitações em Ajaccio, que buscava a independência da ilha. Posteriormente defende-se em Paris da acusação de ter fomentado os distúrbios. Todavia em 1793 a família Bonaparte deixa a Córsega, depois de romper relações com o nacionalista corso Paoli. Enviado a Toulon para derrotar uma revolta liderada por partidários do antigo regime, Napoleão obtém a rendição dos sitiados em três dias, no dia 16 de dezembro, e em 22 de dezembro de 1793 é promovido General de brigada.

No dia 7 de fevereiro de 1794 é nomeado comandante da artilharia do Exército francês que atua no território italiano. Acusado de cumplicidade com os irmãos Robespierre, após a queda dos jacobinos, Bonaparte é preso em 11 de agosto, todavia como não foi encontrada nenhuma prova suficiente para condena-lo, é solto 8 dias após a prisão. Os membros da Convenção,** Carnot e Barras, percebem a capacidade militar

* Pasquale Paoli (1725-1807), patriota corso que se opôs a presença do Exército Francês, e que apoiado pela Inglaterra, lutava pela independência da ilha, até 1785 teve o apoio de Napoleão Bonaparte, todavia não confiava no oficial francês, e expulsa os Bonaparte da Ilha.

**As fases da Revolução francesa antes do golpe do 18 Brumário são: a fase da Assembléia Nacional (1789-1792) dominada pela alta burguesia. A fase da Convenção Nacional (1792-1795) teve por destaque a ditadura montanhesa com o Terror. A fase do Diretório (1795-1799) teve o comando da alta burguesia que anulou as conquistas populares para viabilizar um governo liberal.

do jovem Bonaparte, e confiam-lhe o comando das tropas encarregadas de reprimir a insurreição realista (pro-monarquista) do dia 13 de vendemiário (outubro), na Vendéia departamento a oeste da França. Após relevante serviço em defesa da Convenção é promovido a General de divisão e sucede Barras no comando do Exército territorial (26 de outubro).

No dia 9 de março de 1796 casa-se com Josefina de Beauharnais. A França e a Áustria disputavam o domínio da Itália. Em 12 de março de 1796 é nomeado comandante supremo do exército francês na Itália. Em abril começa a campanha da Itália, após as vitórias de Montenotte, Millesimo, Dego, Mondovì, assina no dia 27 de abril o armistício de Cherasco com o rei da Sardenha sem informar aos membros do Diretório.

Tendo derrotado os austríacos em Lodi, entra em Milão no dia 15 de maio de 1796. Começa a 4 de julho o cerco de Mântua que se rende no dia 2 de fevereiro de 1797. Inflige nova derrota à Áustria nos Alpes Orientais (março), e em 17 de abril assina com esta última as preliminares da paz de Loeden, e declara guerra contra Veneza, que ocupa no dia 15 de maio. Em 9 de julho proclama a republica Cisalpina. No dia 17 de outubro assina o tratado de paz de Campoformio com o qual Veneza passa a pertencer à Áustria a título de compensação pela Bélgica e a Lombardia.

No dia 19 de maio de 1798, embarca em Toulon para o Egito, derrota os mamelucos nas Pirâmides em 21 de julho, mas no dia primeiro de agosto, a frota francesa é destruída por Néelson* em Abukir. Vence os turcos em Monte Tabor (16 de

* Almirante Nelson (1758-1805), Inglês pertencente a marinha real, participou de varias batalhas desde as guerras de independência das Américas, até as guerras napoleônicas, será um dos responsáveis pela dominação inglesa dos mares, tendo em Trafalgar (1805) sua mais brilhante batalha quando consegue destruir a frota francesa.



abril de 1799) e os egípcios em 16 de outubro e regressa à França.

O golpe de estado que permitiu a Bonaparte chegar ao poder foi perpetrado apenas em seu próprio benefício por um general que através de suas vitórias militares tinha adquirido prestígio popular. Foi preparado por representantes da burguesia que desejavam o fim das constantes ameaças às vantagens que extraíra da revolução, enfraquecida pela impotência e a instabilidade do regime. Foi realizado por homens que não aspiravam a tomar o poder, mas a manter-se nele, pois já constituíam engrenagens essenciais do sistema diretorial. O golpe se concretizaria com a participação de dois dos cinco diretores (Barras e Roger-Ducos), com o assentimento do conselho de anciões e na expectativa de evitar atos de violência. Na idéia desses homens (Sieyès, Barras e Roger-Ducos), Bonaparte não passaria de um simples executante do golpe.

Após o golpe de 18 de Brumário (9 de novembro de 1798) que extingue o Diretório, faz-se nomear primeiro Cônsul no dia 24 de dezembro.

Em 1800 inicia a campanha militar na Itália, buscando a dominação total do território italiano e o fim da influência austríaca nesta região. Derrota os austríacos em Marengo, em 14 de abril. Em 9 de fevereiro de 1801 assina com a Áustria a paz de Lunéville que outorga à França a margem esquerda do rio Reno. No dia 16 de julho é firmado com o Papa Pio VII a concordata com a Igreja, que estabelecia a nova “circunscrição eclesiástica”. Em 24 de dezembro, escapa a um atentado organizado pelos monarquistas.

No dia 25 de janeiro de 1802 é nomeado Presidente da República Cisalpina. Em 2 de agosto é proclamado Primeiro Cônsul vitalício. Em primeiro de setembro anexa o Piemonte à França.

Após uma tentativa de golpe promovida por realistas (adeptos da Monarquia Bourbon) auxiliados pela Inglaterra, manda fuzilar em 21 de março de 1804 o Duque de Enghien seqüestrado na Alemanha. No dia 18 de maio de 1804 é proclamado Imperador e no dia 2 de dezembro é entronizado em Nôtre-Dame, na presença do Papa Pio VI. Louis David, nomeado “primeiro pintor do império” é encarregado de imortalizar a cerimonia em tela.

Em 4 de junho de 1805 Gênova e a Ligúria são anexadas à França. O Exército francês com o nome de Grande Armée, derrota os austríacos em Elchingen (14 de outubro) e obriga a cidade alemã de Ulm, defendida pelo general Mack e por 26000 homens, a capitular em 17 de outubro. A Inglaterra garante o domínio dos mares com a vitória de Trafalgar em 21 de outubro. Em 26 de outubro Napoleão Bonaparte é coroado rei da Itália.

Em 1805 é formada a terceira coalizão* antinapoleônica com o ingresso da Áustria na aliança anglo-russa. No dia 2 de dezembro, aniversário de coroação, Napoleão obtém uma vitória em Austerlitz, contra os russos e austríacos, com esta é a quadragésima vitória. A paz de Petersburgo em 27 de dezembro sela o fim do Santo Império Romano Germânico. Em 30 de dezembro, Napoleão assume o título de “o Grande.”

Em 1806 após regressar de suas campanhas na Alemanha, volta a Paris em 26 de fevereiro, dois decretos determinam a construção do Arco do Triunfo e a celebração, no dia 15 de agosto de cada ano, da festa de “São Napoleão”. Em 15 de fevereiro Napoleão

* 1ª coligação (21/01/1793), Inglaterra, Espanha, Áustria, Prússia, Holanda, se unem para combater a Revolução francesa. 2ª coligação (1799) nova união para combater o crescimento da revolução. 3ª coligação (1805), Inglaterra, Rússia, Áustria, contraria a expansão do Império Napoleônico.

nomeia seu irmão Giuseppe rei de Nápoles e no dia 5 de junho o outro irmão Luigi rei da Holanda. No dia 12 de julho nasce a confederação do Reno. No dia 8 de outubro estoura a guerra com a quarta coalizão: Prússia, Rússia, Inglaterra e Suécia. No dia 14 de outubro os prussianos são derrotados em Iena, numa batalha que decide o esfacelamento da monarquia prussiana. Napoleão entra em Postdam em 24 de outubro. No dia 16 de novembro é assinado o armistício entre a França e a Prússia em Charlottenburg. Em 21 de novembro, Napoleão decreta o “bloqueio continental” contra a Inglaterra que reage no dia 7 de janeiro de 1807, instituindo o bloqueio de todos os portos franceses e das colônias.

Em 1807 a guerra prossegue nos meses de fevereiro e março. No dia 25 de abril, o rei da Prússia e o czar firmam uma aliança comprometendo-se a não aceitar pactos com Napoleão enquanto a França não tiver retornado aos limites do Reno. Em 14 de junho, aniversário de Marengo, Napoleão derrota o czar em Friedland. No dia 19 de agosto, nomeia o irmão Girolamo rei da Westfália. No dia 19 de novembro, os franceses invadem Portugal.

Em maio de 1808, Napoleão obtém dos Bourbons da Espanha, em litígio entre si, a renúncia ao trono e, no dia 15, entroniza o irmão Giuseppe, mas o país se insurge. No dia primeiro de agosto nomeia Joaquim Murat rei de Nápoles, mas, no mesmo dia, um corpo britânico desembarca em Portugal e força o general Junot à rendição no dia 30 de agosto. Em 5 de novembro, penetra com o Exército na Espanha e, um mês depois, força Madri à rendição, embora a guerrilha continue a resistir.

No dia 8 de março de 1809, a Áustria aliada da Inglaterra na “quinta coalizão” declara guerra a França, enquanto na Alemanha acontecem levantes anti-napoleônicos.

No dia 17 de maio, Napoleão anexa o estado da Igreja em Roma. Em 6 de julho, em Wagram, obtém a mais sangüinária de suas vitórias, após quatorze horas de luta contra os austríacos. No mesmo dia manda prender o papa Pio VII, em Roma, que é exilado em Savona. No dia 14 de outubro, o tratado de Viena põe fim à guerra e cede a Itália à França.

Em 2 de abril de 1810 casa-se com Maria Luísa de Áustria, filha do imperador Francisco II. Em 9 de julho, o rei da Holanda, Luís Bonaparte é deposto por decreto e Napoleão decreta a anexação do país a França. Em 20 de março de 1811 nasce “o rei de Roma” (Napoleão Francisco José Carlos Bonaparte), filho de Napoleão com Maria Luísa.

Em fevereiro de 1812, Napoleão começa os preparativos para a campanha da Rússia e alia-se à Prússia e a Áustria. No dia 23 de junho penetra na Rússia enquanto esta última e a Inglaterra promovem a “sexta coalizão”. No dia 7 de dezembro, dá-se a batalha de Borodino que dura das seis da manhã às seis da tarde, no dia 14 de setembro as tropas francesas entram em Moscou e Napoleão instala-se no Kremlin enquanto a cidade arde em chamas. No dia 19 de outubro, os franceses iniciam a retirada e um mês depois atravessam a Beresina com uma temperatura de 26 graus negativos que custará a vida de 50000 homens. Enquanto isso, em Paris, no dia 23 de outubro o general Malet tenta um golpe de estado. No dia 5 de dezembro após ter confiado o comando do exército a Murat, volta a Paris.

Em 4 de março de 1813 a Prússia declara guerra à França e forma-se a “sétima coalizão” que inclui a Inglaterra, Prússia e a Rússia. Os prussianos são derrotados em Lutzen em 2 de maio e em Bautzen em 21 de maio. No dia 4 de junho, Napoleão decreta com a Rússia e a Prússia o armistício de Pelisewitz. No dia 12 de agosto, a

Áustria tendo conseguido 500000 mil libras esterlinas junto a Inglaterra, declara guerra a França. Napoleão, embora vitorioso contra os prussianos em Dresden em 26 e 27 de agosto, é derrotado em Lipsia, na “batalha das Nações” (16-19 de outubro) e é forçado a retirar-se além Reno.

De volta a Paris após ter abraçado pela última vez sua mulher e o filho que não voltaria a ver, Napoleão afasta-se da capital no dia 25 de janeiro de 1814, para dirigir as operações militares na Champagne. Alternam-se sucessos e fracasso, sendo o inimigo cada vez mais forte. No dia 31 de abril, as forças da coalizão anti-francesa entram em Paris e no dia 6 de abril em Fontainebleau. Napoleão assina um termo de abdicação sob condição, com reservas dos direitos ao trono do seu filho e da regente, mas no dia seguinte é forçado a renunciar para si e para a própria família aos tronos da França e da Itália. No dia 11 de abril, os aliados concedem-lhe a soberania da ilha de Elba, onde chega no dia 3 de maio, enquanto Luiz XVIII volta a Paris.

No início de março de 1815, Napoleão foge de Elba e desembarca na região de Cannes. É banido pelo congresso de Viena, inaugurado em novembro do ano anterior, como “inimigo e perturbador do mundo”. No dia 20 de março, Napoleão entra no pátio do castelo das Tuileries numa carruagem. No dia 25 de abril, os aliados empenham-se em não depor as armas antes de terem definitivamente derrotado Napoleão. No dia 16 de junho, os prussianos são vencidos em Ligny, mas no dia 18, Wellington e Blücher derrotam os franceses em Waterloo. Napoleão abdica novamente em favor de Napoleão II (22 de junho). Este retorno após ter fugido de Elba é conhecido como os “cem dias” que é o tempo ao qual fica na França. No dia 16 de outubro, é deportado para a ilha de Santa Helena.

No dia 5 de maio de 1821, morre assistido pelo médico Antonmarchi, e em 15 de dezembro de 1840 os restos mortais de Napoleão são levados para a França e depositados nos Invalides.

Os períodos da vida pública de Napoleão Bonaparte que nos interessam para confecção deste trabalho é justamente aquele em que fez os comentários ao O Príncipe de Nicolau Maquiavel, e que se divide em quatro fases da vida de Bonaparte: General, Cônsul, Imperador e exilado em Elba. Desta forma este trabalho se dividirá em capítulos que sintetizaram estes períodos, tomando como base os comentários como parâmetro na construção do personagem analisado.

O primeiro capítulo intitulado, “O Nosso Soldado: O General lê Maquiavel”, tratará do início da formação de Bonaparte e suas primeiras atitudes para sair do anonimato e entrar para a história da França. O segundo capítulo intitulado, “O Nosso Salvador: O Cônsul compreende Maquiavel,” analisará a forma como Bonaparte utilizou as idéias de “O Príncipe,” para realizar o golpe do 18 de Brumário. O terceiro capítulo intitulada, “O Nosso Príncipe: Bonaparte se torna Napoleão I”, analisará o período no qual Napoleão adotará o modelo de soberano encontrado em “O Príncipe” para construir sua própria imagem como Imperador. O Quarto capítulo intitulado “O Príncipe foi exilado: Bonaparte reflete sobre Maquiavel,” analisará as últimas reflexões de Bonaparte em relação a “O Príncipe.”

CAPÍTULO I

“O NOSSO SOLDADO: O GENERAL LÊ MAQUIAVEL”

Neste capítulo o leitor perceberá a relação entre o pensamento de um General que através de suas leituras de O Príncipe, buscará encontrar maneiras que o façam colocar em prática as famosas lições encontradas no famoso tratado, para que o auxiliem a galgar o poder, e tornar um simples jovem saído de um pequeno protetorado francês que nos seus primeiros anos em Paris não tinha dinheiro nem para sua alimentação, em Imperador da metade do continente Europeu, em menos de 30 anos.

Após a escola de Brienne, Napoleão Bonaparte entrará em 19 de março de 1784 para a Escola Militar do Campo de Marte, onde concluirá sua formação militar. A sua estada na escola militar de Brienne (1779-1789) foi fundamental na formação de sua personalidade. Sempre arredio e isolado passava seu tempo livre lendo autores latinos como Cícero, Tito Lívio, Horácio, Virgílio e principalmente as “Vidas” de Plutarco.

Estas leituras o acompanharão por um longo período de sua vida. Bonaparte sempre buscou um modelo para construir sua imagem. Sobre o início das leituras de O Príncipe de Nicolau Maquiavel, não se têm uma data precisa, todavia seus comentários se iniciaram no período em que Bonaparte se tornou General em 22 de dezembro de 1793. Os comentários desta fase inicial, retratam um homem que está em busca de poder e acredita piamente que nasceu para se tornar soberano, fosse na Córsega ou em França.

O oportunismo e a determinação foram às marcas registradas de Napoleão Bonaparte. Sua singular personalidade demonstrava uma confiança em seu talento militar e político, sentia-se um predestinado, e se valendo dos modelos políticos encontrados em O Príncipe definirá em que tipo de governo pretendia ser governante. Nesse sentido,

Bonaparte, comentando uma passagem do capítulo I do Príncipe de Maquiavel, referente aos novos principados, afirmará que “tal será o meu, se Deus me der vida.”

Entretanto não se pode dizer que desmerecia a sua promoção a General de artilharia em 22 de dezembro de 1793, pelo Comitê de Salvação, que tinha como membro mais preeminente o Jacobino Maximilien de Robespierre. Esta conquista será fruto de sua atuação no sitio a cidade de Toulon, que havia sido entregue aos ingleses pelos Federalista, que eram constituídos pelos representantes da região de Gironde (girondinos) e eram contrários a centralização do poder em Paris.

Todavia em 9 de Termidor (27 de julho de 1794), Robespierre é afastado do Comitê de Salvação e guilhotinado, todos os seus aliados são perseguidos, inclusive o General Bonaparte, que será preso em 11 de agosto de 1794, todavia como não ficou comprovada nenhuma acusação, será libertado em 20 de agosto do mesmo ano.

Sobre a limitação determinada por Maquiavel em relação aos tipos de governo analisados em sua obra, o autor é claro: “Deter-me-ei somente nos Principados”, Bonaparte irá comentar “não existe nada melhor que isto (principados), por mais que falem, mas preciso cantar no mesmo tom que eles até segunda ordem,” demonstrando que mesmo como General de uma República, fazendo-se defensor primeiro do Comitê e depois do Diretório (1795-1799), atuando no sitio de Toulon e no 13 Vendemiário (05 de outubro de 1795) que consistiu em uma revolta patrocinada pelos grupos que ficaram fora do Diretório (jacobinos e monarquistas), desejava o poder absoluto, pois como um bom comandante militar não acreditava no poder dividido, mas concentrado nas mãos de apenas um homem, inclusive admirava a vaga idéia de “vontade geral” defendida por Rousseau, que oferecia a elite governante, a oportunidade de comandar o povo em busca de um esforço nacional.

E sobre as dificuldades que os novos Príncipes enfrentam pela falta de um repasse de poder através da hereditariedade, Maquiavel afirma que: “Digo então que, nos estados hereditários e acostumados à estirpe de seu príncipe, as dificuldades para conservá-los são bem menores do que nos novos”, todavia Bonaparte garante que “Hei de evitá-las tornando-me o decano entre os soberanos da Europa”.

Bonaparte julgava ter as características apontadas por Maquiavel, que definiam o Príncipe: virtude (capacidade individual) e fortuna (destino). Maquiavel afirmava que o Príncipe deveria ter se possível as duas características (virtude e Fortuna). O destino é uma força da providência e o homem sua vítima impotente, todavia sem a virtude não se mantém o poder. Através de suas ações, Bonaparte dava provas de seu talento, fato este que ficou claro principalmente depois que foi nomeado em 23 de fevereiro de 1795 comandante do Exército da Itália, iniciando uma campanha em 1796 contra os austríacos e os grupos da elite italiana ligados a esta nação. Conquista o Piemonte em 26 de abril, mas será na cidade de Lodi que conquistará o respeito dos soldados, pois em 10 de maio ao entrar na cidade, teve que atravessar a ponte do Adda que estava sendo bombardeada por canhões austríacos. Segue na frente com sabre desembainhado, é imediatamente seguido pela infantaria e cavalaria, o inimigo foge e a tropa grita “viva o general Bonaparte, viva nosso soldado”.

Conseguiu estas vitórias despojado das condições mínimas de soldados e canhões. Continua vencendo, utilizando a velocidade e muita astúcia. Ao levantar o cerco de Mântua, divide os Exércitos dos generais austríacos Wurmser e Quasdonovitch, impondo uma derrota aos dois generais. Assim consegue tomar Mântua e Verona, e após outras vitórias em 13 de abril de 1797, assina com os austríacos o tratado de Campo-Formio, segundo o qual, ficavam reconhecidos dois novos protetorados da França (sul da Áustria

e as ilhas Jônicas) e a expansão do território francês até o Reno. Após estes acontecimentos Bonaparte passou a considerar-se, segundo suas próprias palavras, um “homem superior”, destinado a realizar grandes coisas.

No III capítulo de O Príncipe referente aos Principados mistos, Maquiavel afirma que é mais fácil incorporar um Estado que não esteja acostumado com a liberdade, todavia Bonaparte comenta que “ainda que estivessem, saberia dominá-los”, este domínio era antecipado por uma verdadeira ocupação militar com a destruição do Exército da nação dominada e pela substituição do soberano por alguém de sua confiança (substituídos principalmente por seus familiares e agregados), como também irá defender Maquiavel que garante que para manter a dominação com segurança “basta eliminar a linhagem do príncipe que os dominava”.

E nesta dominação Maquiavel, afirma que os lesados devem ser mantidos “na penúria e dispersos”, Bonaparte comenta que “tudo isto será realizado no Piemonte, quando eu incorporar à França. Disporei ali, para minhas colônias, dos bens confiscados antes de minha chegada e aos quais se convencionou chamar de nacionais”, e realmente na Itália, Napoleão venceu uma série de batalhas (Montenotte, Dego, Mondovi, Codogno...), e suas vitórias traziam imensos tesouros à França, graças aos saques.

Em 19 de maio de 1796 o duque de Parma assinara com Bonaparte um armistício que proporcionou a França uma contribuição de guerra de 20 milhões de Francos, bem como, 20 telas de grandes mestres. Em 22 de junho Bonaparte assina armistício com o Papa no estado pontifício de Bolonha arrecadando para os cofres franceses 15 milhões em ouro e prata, bem como, o fornecimento de 4 milhões e meio em provisões para o Exército, que por sinal o transformou em uma espécie de procônsul imperial, pois no início da campanha tinha muitas limitações em termos de decisões diplomáticas, todavia,



com a quantidade cada vez maior em ouro adquirido através de suas conquistas entre 1796 e 1797 se tornou indispensável para a manutenção do Diretório, amortizando as crises financeiras enfrentadas neste período.

Maquiavel afirmava que quando uma nação estrangeira poderosa une-se a uma menos poderosa e nutrem-se contra aqueles que “detém poder sobre eles” poderá ameaçar a soberania do príncipe, Bonaparte não se assusta e conclui: “que auxílio a Áustria encontraria contra mim nas fracas potências atuais da Itália”, de fato, a Casa de Savoia e dos Habsburgo eram impopulares e jamais articularam um exército de italianos, outro fator seriam a formação dos comitês republicanos em todas as cidades italianas sob a “proteção da França”. Em Milão e em Piemonte, Bonaparte será recebido como libertador da Itália. Suas conquistas tinham como motivação “propagandística” levar e fortalecer a causa “revolucionária” nos territórios ocupados.

Bonaparte será um General que sempre irá manter o exército ao seu lado, como garantia de seu poder, a manutenção da máquina de guerra era necessária para se proteger das ameaças externas (principalmente da Áustria, Prússia, Rússia e Inglaterra). Neste sentido Bonaparte parece ter levado em conta as referências históricas apontadas por Maquiavel em O Príncipe, quando cita os Romanos que sempre “prevendo o inconveniente, o remediaram. E nunca os deixaram persistir para se furtarem a uma guerra, que somente adiamos com vantagem para outrem”, Bonaparte assegura que esta máxima será “uma das principais regras de minha conduta político-militar.”

Quando Maquiavel exalta Luís XII por ter conservado por mais tempo as províncias da Itália, Bonaparte comenta que imporá a língua francesa, nas regiões ocupadas como forma de auxiliar a dominação destas províncias, pois para Bonaparte “nenhuma coisa é mais eficiente para introduzir os costumes de um povo em outro

estrangeiro do que exigir que este fale a língua dele.” Este comentário vem confirmar a postura adotada pela França em suas conquistas, pois o imperialismo cultural e o racismo era a tônica nos países conquistados. A língua italiana era considerada dialeto bárbaro e os funcionários franceses a serviço nas possessões francesas na Itália, impunham o registro dos recém-nascidos com nomes com pronúncia francesa.

No III capítulo de *O Príncipe*, Maquiavel se refere a união entre o soberano e os grupos poderosos que em troca da aliança entregam ao príncipe o domínio do território, Bonaparte irá comentar que “os Lombardos, aos quais fingi dar a Valtelina e as regiões de Bérgamo, Mântua, Bréscia etc., infundindo-lhes a mania republicana, já me prestaram o mesmo serviço. Apossando-me de seu território, logo terei o restante da Itália.” Posteriormente nos vários reinos da Itália, Bonaparte alçará seus protegidos como vice-reis, tendo ele mesmo sido coroado Rei da Itália em 1805.

Para Napoleão a religião era necessária como forma de apaziguamento e dominação das populações, todavia nunca aceitou a intervenção da Igreja nos negócios do Estado, tanto que posteriormente sofrerá da Igreja uma pesada perseguição, sendo inclusive chamado de anti-cristo. Esta postura é confirmada pelo comentário ao relato de Maquiavel, quando cita o engano de Luís XII, em apoiar o avanço nas conquistas do pontífice Alexandre, em detrimento do crescimento do seu poder, Bonaparte é taxativo, “É necessário que se embote os dois gumes de sua faca. Luís XII era simplesmente um idiota.”

Bonaparte se preocupava em como conquistar novos Estados, entretanto Maquiavel no seu capítulo V da sua referida obra, afirma que “não há maneira segura de possuir a província a não ser destruindo-a,” Bonaparte se mostra contrário a esta afirmação e comenta que “pode-se fazer isto literalmente sem destruí-las, de muitos

modos, mudando-lhes, entretanto, a constituição.” Como já prevalecia a idéia de um estado burguês, que necessita de uma segurança jurídica como garantia da propriedade e dos negócios comerciais, pensou e elaborou o Código Civil e o Código Comercial francês.

Estes estatutos legais surgiram como uma garantia estatal para a manutenção da ascendente classe burguesa francesa, que desejava o domínio comercial de toda a Europa, pois como não tinham o mesmo poder competitivo da Inglaterra, apoiavam quem pudesse impor seus negócios nas regiões conquistadas. Neste sentido quando o Império crescia, seu capital também se expandia, assim as leis Napoleônicas eram impostas a todos os Estados anexados ou vassalos da França, pois a dominação econômica era a forma mais segura de manter uma província conquistada sob completa submissão.

No capítulo V, Maquiavel afirma que com a vacância da família do príncipe, o povo tende a não se armar e se organizar na escolha de um soberano, todavia Bonaparte percebendo o intuito de valiosa lição afirma que para facilitar a conquista deve-se prometer “liberdade e igualdade ao povo,” esta atitude ficou bastante expressa na conquistas em Cremona, e Parma, onde os patriotas italianos recebem as tropas do general Bonaparte com gritos de “*viva Buonaparte, il liberatore dell’Italia.*”

Maquiavel reluta na decisão de destruir este novo principado com receio de rebeliões contra o novo soberano, todavia Bonaparte comenta que não se faz necessário tal atitude pois a “repressão e revolução bastam”, e “afirmando que são livres, as conserve firmemente em suas mãos”, assim quando surgiram as primeiras manifestações de descontentamento entre italianos hostis ao estrangeiros, principalmente após a percepção dos italianos da contradição entre os excessos franceses e as idéias revolucionárias, reprimiu energicamente as rebeliões contra o domínio francês.

Atuou com pulso contra grupos de revoltosos mandando fuzilar qualquer insurreto, posteriormente quando se tornou Imperador e nomeou seus irmãos Giuseppe e Luigi como reis de Nápoles e da Holanda respectivamente, ordenou que qualquer tentativa de insurreição deveria ser coibida com violência e força. As atrocidades e matanças foram praticadas com muita intensidade contra as populações civis nas campanhas do Egito (Bonaparte ainda como General em 1798) e da Espanha tão bem retratada pelo pintor espanhol Francisco Goya na pintura “Os Fuzilamentos do 3 de Maio”(como Imperador em 1808), concordando com as lições de Maquiavel que no capítulo XVII afirma que “quando o Príncipe conduz exércitos, no comando de multidão de soldados, então se fará necessário, mais do que nunca, ignorar a fama de cruel, pois sem esta fama não se terá jamais o exército unido nem pronto para algum combate,” Bonaparte irá concluir que “principiei por aí com o fito de fazer marchar com o exército cujo comando me foi conferido em 1796.”

A Europa estava mergulhada em uma disputa política e comercial muito séria. A Revolução Francesa deixou em polvorosa as famílias reais Européias, na França revoltas se sucedem. No início de 1792 a França revolucionária declarou guerra à Inglaterra, Holanda e Espanha, a guerra civil estourou na Bretanha e na Vendéia, promovida por realistas, ou seja, adeptos do Antigo Regime.

Conhecido por suas idéias sobre a importância da artilharia, Bonaparte recebe a incumbência do famoso e antigo mestre, o Marechal de Campo Du Teil, que o recomenda para a defesa da República. Sua organização e sua vontade de liderança chama a atenção, quer assumir todas as responsabilidades e em 13 de “Vendemiário” de IV (5 de outubro de 1795) salva a Convenção, através de suas manobras recuperara o Louvre e o Palais-Royal.

Na Itália golpeia com rapidez, e em dez dias têm vitórias em Montenotte (12 de abril de 1796), Millesimo (13 de abril), Dego (14 de abril) e Mondovi (21 de abril, separou dos Austríacos os Piemonteses, que, assinaram o Armistício de Cherasco (28 de abril), isto sempre buscando o apoio incondicional das tropas não apenas demonstrando disposição no combate, se posicionando como se fosse um soldado de linha. Na Itália o seu gênio militar toma forma, suas vitórias e o trato com os soldados fazem com que se torne reverenciado, segue com os soldados, enfrenta tiros e assume todas as responsabilidades, não interessa as mortes mas apenas a vitória.

Decidiu pagar o soldo dos soldados em dinheiro e favorecer o saque por parte dos militares, com transporte das pilhagens para as suas famílias, foi aclamado.

Mesmo sem a devida permissão do Diretório assume responsabilidades de Chanceler, todavia, enriquecia os Diretores com suas pilhagens. Posteriormente irá impor a paz em Tolentino e Campo Formio, conseguindo a Bélgica e a expectativa do Reno, foi recebido como o Pacificador do continente, e mesmo sabendo do perigo que surge com este novo “poder político”, o Diretório, o aceita pelo entusiasmo popular.

A Convenção tinha a sua frente Paul de Barras, um inescrupuloso funcionário que anteriormente era monarquista e que passara a apoiar os Jacobinos em Toulon, e em 1794 muda mais uma vez de posição e auxilia no desmantelamento do Terror, todavia não tinha nenhum talento militar e repassa o comando do exército para Bonaparte, fortalecendo-o cada vez mais e exaltando suas qualidades e tornando-o imprescindível.

Bonaparte sempre demonstrou muitas qualidades no comando das tropas. Estudioso das manobras militares, principalmente da eficácia da artilharia, que para o próprio Bonaparte representava o terror através de seus estrondos e se bem aplicado trazia a desmoralização para seus inimigos, levou em consideração a lição de Maquiavel que

informa que “o príncipe que não detenha tal perícia (militar) carece da principal qualidade de um capitão, pois é ela que instrui como achar o inimigo, selecionar o ponto mais adequado para levantar acampamento, guiar os exércitos, preparar o plano de combate e sitiá-las de modo vantajoso”, Bonaparte perguntará depois de seus sucessos; “proveitei bem os seus conselhos?”.

A astúcia e a virtude, a capacidade de enfrentamento, e munido de um espírito concentrado em um objetivo, o poder, pois ainda no início de sua carreira pública como militar, galgando postos conquistados pela capacidade de organização e direção militar, convenceram o próprio Napoleão, mesmo ainda como General, de que o “céu era o limite”. Neste sentido os comentários de Bonaparte ao VI capítulo de O Príncipe de Maquiavel evidencia esta postura, tanto que quando o Florentino afirma que “o fato de se tornar príncipe após ter sido simples cidadão pressupõe valor ou sorte, parece que uma ou outra dessas duas coisas atenua, em parte, muitas dificuldades”, esta afirmação trará o seguinte comentário do General “o valor é mais importante que a fortuna; ele é que faz nascer” (alcançar o poder), e as condições que testem e ensinem a superação e ao livre engrandecimento do homem sem as muletas familiares Maquiavel faz lembrar que “foi conveniente que Rômulo não se acomodasse em Alba, que fosse abandonado ao nascer para se tornar rei de Roma e fundador de uma nação”, o abandono da família em relação a Bonaparte foi, vamos dizer, semelhante pois aos dez anos incompletos de idade foi deixado na escola militar de Brienne, o que foi bastante decisivo na sua personalidade, e sobre o abandono de Rômulo e o seu, irá comentar “tive a minha loba benéfica em Brienne. Rômulo será eclipsado!”.

Se existe uma lição encontrada na obra “O Príncipe” bastante conhecida e discutida, inclusive tendo se tornado um dito bastante popular é de que “os fins justificam

os meios”, em toda a sua obra poderemos observar passagens que certificam este conceito, mas no VIII capítulo onde se trata “da conquista do principado por meio do crime”, se torna mais clara esta afirmação, Bonaparte encara com naturalidade atitudes criminosas utilizadas para se alcançar o poder, tanto que sobre as formas de se tornar príncipe, Napoleão confessa: “que importância tem o caminho desde que chegue? Maquiavel comete um erro ao querer fazer o papel de moralista em tal assunto”, surpresa se faz com esta afirmação, pois Maquiavel sempre foi considerado por muitos e não por todos felizmente, como a própria encarnação do mal, e Bonaparte aparenta querer superar seu “mestre”.

Maquiavel chama de “execráveis”, os meios de simular que um “simples cidadão torna-se príncipe de sua pátria graças aos favores dos outros cidadãos”, Bonaparte recriminará dizendo que “em qualquer momento pode simular que os teve”, realmente no quesito disfarce e engodo, Bonaparte foi muito bom, tanto que transformou a desastrosa campanha do Egito de 1798 a 1799, em um acontecimento que só fez aumentar a sua popularidade.

Após sua eleição para o Instituto de Ciências francesas, assumindo o cargo vago por Carnot, utiliza este título para não ser visto apenas como um simples General ou Político, mas sim como um homem superior, igual a Berthollet, Monge, Laplace, Prony, Bernardin de Saint-Pierre, Desix ou Berthier, ou seja, um homem iluminado pelo saber. Deve falar com desenvoltura sobre metafísica, poesia, matemática, agora deve levar ao conhecimento do povo Francês os mistérios da origem, escondidas no Oriente e que tanto perturba o imaginário europeu, se mostra como o continuador das cruzadas.

Os planos de invasão a Inglaterra são inconcebíveis, deve-se levar o combate para outros teatros, essa decisão de Bonaparte irá ser bem aceita pelo Diretório pois percebe-se

que o pequeno General deseja mais do que comandar um Exército e que sua popularidade é imensa após as vitórias e a pacificação da Itália.

Neste sentido, inicia-se os preparativos para a campanha do Egito, o que evidencia uma das falhas na formação militar de Bonaparte, a indiferença a situação climática. Os soldados franceses foram para o Egito com fardamento de inverno, o luxo da intendência era absurdamente desnecessário para o tipo de campanha, todavia servia para lembrar que o General em Chefe era um homem diferenciado, apesar do seu 1,62 metros de altura. Os recursos para a viagem ficaram as custas de Bonaparte ou melhor da Itália. Até as igrejas foram depredadas, o ouro e a prata que faziam parte da ornamentação de suas paredes ou altares, foram retirados por ordem de Bonaparte para financiar sua campanha ao Egito.

Ao chegar ao Egito proclama aos muçulmanos que só existe um deus e o seu profeta é Maomé. Utiliza de extrema brutalidade nos combates que enfrenta, todavia seus soldados caem mortos como moscas, principalmente pelo cansaço das caminhadas e marchas, doenças e investidas dos mamelucos e Beduínos, mesmo assim insiste em uma aliança com os egípcios.

Comemora o aniversário do profeta Maomé em 15 de agosto de 1798, pois todos sabem que neste mesmo dia Bonaparte completa vinte nove anos de idade, estas atitudes só visam um único objetivo, conquistar a simpatia dos árabes, mesmo com todas as mortes, doenças e pestes, Bonaparte deve se manter sereno, igual ao rei de Reims, o rei que tocava as escrófulas, o rei taumaturgo, não deve demonstrar suas emoções e como afirmava “não deve-se reforçar uma derrota”.

O grande desvio para o Egito não passou de uma questão de espera, o Exército da Itália salvara o Diretório em 1797, no dia 18 Frutidor, mas o seu chefe agiu com

sabedoria, não se envolveu com este governo desacreditado e também não manchou-se com o Terror que se seguiu a Revolução.

Napoleão foi para o Egito, aonde fez o famoso discurso para seus homens ao lado das pirâmides. Os franceses sofreram uma dura derrota na batalha do Nilo, e Napoleão acabou voltando para a França em 22 de agosto de 1799, quando soube que a Itália havia sido perdida. O governo do Diretório pensou em prendê-lo, por ter abandonado seu Exército; mas Napoleão já era tão popular, que nada foi feito contra ele. Os franceses estavam cansados de governos revolucionários, queriam estabilidade, Napoleão parecia-lhes ser o homem certo para botar ordem na casa. O Egito serviu apenas para a glória de Napoleão. Com a campanha no Egito Bonaparte tomou as pirâmides como mais uma de suas conquistas. Com o seu retorno a Paris a política já estava modificada, e os políticos ofereceram-lhe o poder, pois agora se tratava de um herói.

Esses acontecimentos caem como uma luva nas referências sobre o Principado Civil apontados por Maquiavel no IX capítulo do Príncipe. As derrotas francesas na Itália para o General russo Suvorov, e na Alemanha para o arquiduque Carlos, o mesmo que Napoleão havia derrotado, faz com que a tragédia no Egito seja esquecida, e Bonaparte será recebido na França como o único que ainda mantém os franceses vitoriosos, possibilitando assim sua ascensão ao poder, o que Maquiavel garantirá pois, “o que se pode denominar principado civil, sendo que para alcançá-lo não é preciso ter grande fortuna, mas sim uma astúcia afortunada, digo que se alcança este principado com o favorecimento do povo ou dos grandes”, Bonaparte como um bom aproveitador dirá que “trataremos de reunir, pelo menos, as aparências de um e outro”, e percebendo que o poder emana do povo, pois o Estado moderno percebe esta relação que o antigo regime não percebia, comentará a afirmação de Maquiavel de que “o Principado é obra do povo

ou dos grandes segundo a oportunidade acolhida por um ou por outro desses partidos. Quando os grandes percebem que não podem se opor ao povo, começam a promover a reputação de um membro do povo e o fazem príncipe para se capacitarem sob sua sombra a desafogar seus apetites. O povo, por sua vez percebendo sua incapacidade de se opor aos grandes, concede prestígio a alguém e o torna príncipe para mediante sua autoridade, ser defendido.”

Neste sentido o seu retorno do Egito como o único a confirmar vitórias para a França o fez ter ao seu lado o povo e atrair poderosos para juntos derrubarem o Diretório, que para muitos era responsável pela instabilidade política e econômica, pois a burguesia buscava uma nova constituição que garantisse a burguesia no poder e seus privilégios, pois o Diretório ainda tendia muitas vezes para a esquerda. Napoleão representava o povo, assim surgia a possibilidade de executar o seu 18 Brumário, tornando-se primeiro cônsul. A França acabara de encontrar a monarquia republicana que procurava desde 1789.

O primeiro cônsul agradava a opinião pública, pois descobriram que Bonaparte possuía as características de um governante civil, não tinha os hábitos estúpidos dos Bourbons, comia depressa, gostava da monotonia no vestuário e dos velhos chapéus, não prolongava as cerimônias da corte, trabalhava e decidia, tal imagem fazia parte de sua publicidade.

Neste capítulo, observamos o surgimento do personagem histórico Napoleão Bonaparte, que através de suas leituras a O Príncipe, busca um modelo que auxilie sua ascensão no Estado Francês. Os comentários as lições de O Príncipe, traçados por Bonaparte, nesta fase inicial de sua vida pública, evidenciam que só através da “virtude,” característica bastante exaltada por Maquiavel, Bonaparte poderia alcançar

algum destaque no Estado francês. Podemos observar que Bonaparte, como General, inicia a construção de um personagem que através de suas ações, se apresenta ao povo Francês em um período em que existia um grande descrédito com relação a política. Entretanto as suas vitórias militares e suas pilhagens no exterior, lhe garantiam o apoio do Exército e do povo. Desta forma é através do modelo apresentado em O Príncipe, que o estrangeiro Bonaparte, sem o poder da hereditariedade, iniciará seu projeto de homem da “história,” e que através de um golpe militar, terá as condições e o apoio necessário para derrubar uma estrutura de poder constituída, através de um golpe militar.

CAPÍTULO II

“O Nosso Salvador: O Cônsul Compreende Maquiavel.”

Neste capítulo, perceberemos que Bonaparte utilizará as lições de Maquiavel para conseguir definitivamente o poder, e instalar uma ditadura pessoal. Neste sentido a leitura de O Príncipe, feita por Bonaparte, o revelará como o modelo perfeito para um golpe de estado, e a formação de alianças que possibilitaram a manutenção de seu poder.

Ao retornar a França mesmo após a desastrosa campanha egípcia, foi recebido como um verdadeiro herói, braços o erguem do solo, é carregado em triunfo, sente que ninguém pode detê-lo, afirma que não é de nenhum partido mas sim do partido francês.

Em 16 de outubro de 1799, dia do retorno, não era mais do que um general que havia abandonado seu exército no Egito, entretanto, contava com o apoio da opinião pública, pois durante sua permanência no Egito, os austríacos haviam reconquistado boa parte da Itália, anulando assim a conquista francesa promovida por Bonaparte em Campo Formio, o que o tornava, para a opinião pública, ainda mais “precioso.” Todavia o Diretório queria o destituir sob pena de deserção.

Seu irmão José o coloca a par das novas na política, afirma que um ex-padre chamado Sieyès, em 1789, no período em que estava no Egito, redigiu um texto que deu sentido aos acontecimentos, chamado “o que é o terceiro estado?”, afirmando que “há seis meses...só havia um clamor na França, não possuíamos constituição, e queríamos que formassem uma. Hoje em dia, possuímos não apenas uma constituição mas, a darmos crédito aos privilégios, ela encerra duas disposições excelentes: a primeira, consiste na igualdade de influência de cada ordem de cidadãos, a segunda consiste na igualdade de influência de cada ordem na formação da vontade nacional”.

Sieyès entrou em contato com Luciano Bonaparte, eleito pela Córsega como membro da Assembléia dos Quinhentos, buscando um General que apoiasse um golpe que fortalecesse o poder executivo. Bonaparte comentando uma passagem do VII capítulo de O Príncipe, dirá a respeito da escolha de seu nome para a realização do golpe, “não encontrei dificuldades quanto a isso. A notícia de meu desembarque em Fréjus bastava para anular quaisquer escolhas que tivessem sido contrárias a mim”.

Maquiavel no VI capítulo de O Príncipe, exalta os que conquistaram principados através da virtude, mesmo que lhes traga grandes dificuldades, todavia conservam com facilidade a soberania das conquistas, quando buscam criar novas regras para manter a segurança, mas eventualmente sofrerão oposição dos que se beneficiavam das antigas ordenações legais, e não terão a necessária defesa em relação as novas regras que desejam introduzir, pois encontrarão a incredulidade, deste modo os adversários irão atacar quando tiverem oportunidade.

Bonaparte por sua vez afirma que esta conquista e a introdução das novas leis necessita de “alguma astúcia”, e que o ataque dos adversários poderá ser rechaçado, por aliados que se “arranjam” e que “levam os demais a desistência”, e que a incredulidade em relação as novas leis só “acontece tão somente com povos relativamente cultos e que conservam ainda alguma liberdade”. Me parece que este não era o caso dos franceses, que só desejavam a estabilidade social. Acreditavam que depois da conquista da estabilidade política e econômica, pois o papel moeda do Diretório havia se desvalorizado abruptamente, alcançariam tempos de paz e não perceberam que com o 18 de Brumário, um ciclo de guerras, destruição e morte estava começando, e as poucas conquistas populares alcançadas pela revolução iriam ser sepultadas, pois a burguesia estava assumindo de vez o

poder, apoiando Bonaparte que se diferenciava dos inimigos desta classe: os realistas e os jacobinos.

Para concretizar o 18 de Brumário, Bonaparte busca o apoio do General Lefebvre que comandava a 17^a divisão, que são as tropas da região de Paris e da Guarda Nacional do Diretório, ou seja, alijando qualquer tentativa de sobrepujar o golpe, pois um contra-golpe estaria sem forças militares. No intuito de manter Lefebvre ao seu lado, pergunta-o se ele deseja ver a França nas mãos dos advogados.

Sob o pretexto de haver uma conspiração Jacobina, os golpistas utilizando de sua influência política entre o Conselho dos Anciões, transferiu o Diretório para Saint-Cloud, em 18 de Brumário (9 de Novembro) de 1799.

No momento da chegada de Bonaparte em Saint-Cloud é salgado pelos soldados com vivas, pelos deputados como louco bandido, pois para eles estaria desrespeitando a constituição. Todavia, Bonaparte afirmava que a Constituição, no intuito de defender os interesses dos deputados, foi invocada por todas as facções que a violaram, e que ele mesmo, não pertencia a nenhuma destas facções.

Após a tentativa de um dos deputados de matar Napoleão, chegando inclusive a feri-lo sem gravidade, seu irmão presidente dos quinhentos, Luciano Bonaparte, declara ao povo que estes deputados não representam mais os franceses, e são pagos pela Inglaterra. A meia noite o corpo legislativo que foi cooptado a aceitar o golpe, cria uma comissão consular executiva, composta pelos cidadãos Sieyès, Roger Ducos (ex-diretores) e Bonaparte, assim ficou concluído o golpe.

Maquiavel no VIII capítulo que têm como título “da conquista do principado por meio do crime”, lembra Oliverotto que depois de assassinar seus opositores “assediou no palácio o supremo magistrado, tanto que por medo foram constrangidos a obedecê-lo e

formar um governo do qual ele se fez príncipe”, Bonaparte certifica dizendo que “aperfeiçoei bastante esta manobra no dia 18 Brumário e principalmente no dia seguinte ao de Saint-Cloud ”, e apesar do golpe ter sido planejado por Sieyès, sua força foi vital para a manobra pois detinha o poder militar e a opinião pública, que pouco importava para quem e como iria ser administrado o Estado Francês, assim não foi necessário assassinar, de uma única vez, todos os opositores.

Neste sentido, a lição de Maquiavel que ainda no mesmo capítulo falando sobre os opositores de qualquer Golpe concluiu que: “mortos todos aqueles que por estarem insatisfeitos poderiam prejudica-lo.” Bonaparte irá comentar que naquele momento em 18 do Brumário em Saint-Cloud sobre os deputados do Diretório, “bastava-me no momento assustá-los, dispersá-los e fazê-los fugir. Era mister sustentar o que eu solenemente mandara dizer a Barras: que não me agradava ver correr sangue”, até mesmo porque Bonaparte foi recebido do Egito como aquele que estabeleceria a paz. Os Diretores estavam preocupados em manter seus privilégios adquiridos na revolução, e como ficou provado posteriormente o Estado Francês durante o domínio de Bonaparte, recebeu muitos emigrados realistas, inclusive auxiliados por sua primeira esposa Joséphine, que iriam fazer parte do governo. E mesmo com muitas depurações tanto entre os Jacobinos e realistas, desejava, na medida do possível, um governo de coalizão desde que fosse para o fortalecimento de seu poder.

Napoleão diminuiu as responsabilidades das assembléias, conseguiu reunir os divididos da revolução: os ex- constituintes, os ex- girondinos, os ex- terroristas e os ex- termidorianos, lançados na administração do Estado, até mesmo os emigrados começaram a voltar e muitos assumiram postos nobres na administração do Estado e do Exército,

mostrando que a partir da consolidação do poder de Napoleão só deveria existir um único partido: o seu.

Maquiavel defende a idéia de que o conquistador deve fortalecer as regras civis, Bonaparte exclamará “concluam logo, portanto, esse código civil ao qual quero dar o meu nome!” Nesse sentido o código civil que será acrescido do adjetivo Napoleônico, mesmo com elementos reacionários, exacerbando o poder do marido e dos pais sobre os filhos, modernizou o Estado Francês, com a laicização do direito, confirmação dos princípios da declaração de direitos individuais, igualdade jurídica e garantias burguesas como a inviolabilidade da propriedade, igualdade das heranças e respeito às convenções acordadas entre as partes, independentemente da intervenção estatal, assim a França tinha o seu Código Civil, adaptado a economia burguesa.

Realmente, o Código Civil Napoleônico será um dos grandes marcos do seu período a frente do governo Francês, principalmente porque, como assegura Joseph Goy, no Dicionário Crítico da Revolução Francesa, “até 1789 a França vivia sob o império de três grandes normas: a tradição, a Romana e a Feudal. E independente do tempo que Bonaparte teria passado na comissão legislativa, foi mediante sua afirmação e sua energia que foi possível dar um curso ao empreendimento legislativo, mediante a afirmação de que em 24 Frimário do ano VIII, “acabara a Revolução”, e o que ficou foi o objetivo político da edificação de um governo, ao mesmo tempo autoritário e herdeiro da revolução”.

A existência do Estado moderno depende da eficácia de suas leis, e como Maquiavel, é o teórico deste Estado, no XII capítulo de O Príncipe, referente aos “vários tipos de Exércitos e das tropas mercenárias, o florentino afirma que para se manter um principado deve-se ter boas leis mais para manter as leis deve-se ter um bom exército, ou como queira uma boa polícia. Nesse sentido, Bonaparte procurará manter um exército ativo

e sob seu comando, mas será com o advento de uma polícia política, comandada por J. Fouché (1759-1820), um ex-padre, extremista na revolução jacobina e termidoriano no Diretório, que sempre procurou se manter a par de todas as tentativas de revoltas ou atentados contra Bonaparte, e com sua rede de informantes em praticamente toda França, buscava informações que motivassem o fim das liberdades individuais e da liberdade de imprensa, eliminando qualquer tentativa de oposição as mudanças legais e sociais promovidas por Bonaparte.

Ainda sobre a conquista do Principado por meio do crime, Maquiavel informa que além das leis civis deve-se fortalecer a força militar, nesse sentido Bonaparte irá comentar que “isso dependia inteiramente de mim (Bonaparte) e providenciei tudo de forma cômoda e aos poucos.” Realmente os grandes generais franceses que atuaram na Revolução, ou estavam mortos como Joubert, ou não tinham o mesmo prestígio frente as tropas como Bonaparte, a exemplo de Moreau.

As alianças com o General Lefebvre, e mais alguns outros oficiais do Exército Francês que retornaram do Egito com o General Bonaparte, como o caso do Capitão Murat, um destemido líder de cavalaria, deram apoio militar ao Cônsul Bonaparte. E para fortalecer este apoio militar nada melhor do que uma vitória pessoal à frente do Exército. Assim uma nova campanha na Itália (1800), com vitória contra os austríacos em Marengo, resgata a lembrança da sua primeira campanha na Itália em 1796, o que constituiu para o povo e para os soldados franceses, um grande triunfo militar francês. A vitória em Marengo será muito bem explorada pelo pintor David em suas telas retratando Bonaparte animando suas tropas em meio a neve.

Para assegurar o poder, obtido pelo golpe do 18 do Brumário, Bonaparte parece ter ouvido os ensinamentos de Maquiavel que no XI capítulo referente ao “principados eclesiásticos”, ensina, utilizando como exemplo Júlio II que após assumir o papado foi um grande estadista, e que para se manter no poder não desafiou as forças dominantes na Itália, e que soube utilizar a “grandeza” da Igreja e seu poder ideológico, para manter o povo ao seu lado. Sobre esta lição Bonaparte irá comentar que além de ser uma coisa que “convém fazer na França”, a aliança com a Igreja é algo que “não seria nada mau se eu tivesse cardeais que devessem a mim seus chapéus encarnados ”, pois para Maquiavel as facções se insurgem ou tumultuam motivados pelos cardeais e sem estes se tornam temerosos, e não ousam enfrentar a grandeza ideológica da Igreja.

E sobre a Igreja, Napoleão será taxativo “valer-me-ei dela para o triunfo da minha ”. Nesse sentido Bonaparte, percebeu que nesse período consular a maior ameaça era o Realismo, principalmente após as Chouannerie*, e que para afastar o povo destas rebeliões deveria utilizar a pacificação através da Igreja, que privaria o realismo de sua clientela, transmitindo gradualmente a idéia de direito divino ao poder Francês, dos Bourbons para Bonaparte.

A Igreja iria trazer os católicos (maioria da população) para o lado de Bonaparte. Assim após Marengo, em 16 de junho de 1801 foi assinado um termo com a Igreja que receberão certas vantagens, como o pagamento aos bispos de “emolumentos condignos,” todavia a nomeação dos bispos permaneceria nas mãos do Cônsul, poder alcançado através

Chouannerie, insurreição iniciada em 1791, nas regiões do Maine e da Bretanha, por contrabandistas de sal reduzidos à miséria pela liberdade concedida ao comércio deste produto, além de camponeses extremamente pobres e outros descontentes, aos quais juntam-se mais tarde a elementos refratários ao serviço militar e na Bretanha, alguns nobres. Chouan deriva de Chat-Huant, a coruja, cujo pio era imitado pelos revoltosos como sinal noturno de arregimento, em 1799 é extinto por Bonaparte através de várias concessões.

dos chamados “artigos orgânicos”. Para não se indispor com os grupos anti-clericais, tornou a Igreja completamente sob o controle do estado (nomeações clericais sob o domínio do cônsul), e o catolicismo deixou de ser a religião oficial da França através do reconhecimento e aceitação dos cultos protestantes e judaicos, expressos nos ditos artigos orgânicos, aumentando ainda mais a sua popularidade.

A grande demonstração de força contra qualquer levante Realista foi a reação apresentada por Bonaparte a tentativa de conspiração Anglo-Realista do ano XI (Agosto de 1803), onde partidários realistas recebendo ajuda da Inglaterra se preparavam para iniciar um levante a partir do oeste da França, e em Paris, Cadoudal começa a formar grupos prontos para pegar em armas e capazes de enfrentar a guarda consular, todavia a tentativa de derrubar Bonaparte é descoberta, levando a prisão vários dos participantes com a posterior morte de alguns envolvidos como Pichegru e Cadoudal, e o banimento de outros como Moreau.

O fuzilamento do Duque D'Enghien, que para o seu secretário particular Fauvelet de Bourrienne em suas memórias sobre Napoleão, afirma que “ o desgraçado duque D'Enghien, que se achava em Ettenhiem (Bade) por causa de seus amores, não estava de acordo com os homens que queriam urdir um complô no interior. Diz Maquiavel que quando se ignora qual é o autor de um crime tem de se procurar quem se “aproveita deste”.

No dia da execução do duque de Enghier, Napoleão exclama “só consentirei a paz com a Inglaterra quando ela expulsar os Bourbons, como Luís XIV expulsou os Stuart, pois sua presença na Inglaterra será sempre um mal para a França”.

No presente caso o Princípio de Maquiavel tem fácil aplicação, pois o crime não podia aproveitar mais que a Bonaparte, já que o julgava indispensável para a posse da coroa de França, pois para eliminar qualquer ameaça de um retorno dos Bourbons, nada melhor

No dia 5 de maio de 1821, morre assistido pelo médico Antonmarchi, e em 15 de dezembro de 1840 os restos mortais de Napoleão são levados para a França e depositados nos Invalides.

Os períodos da vida pública de Napoleão Bonaparte que nos interessam para confecção deste trabalho é justamente aquele em que fez os comentários ao O Príncipe de Nicolau Maquiavel, e que se divide em quatro fases da vida de Bonaparte: General, Cônsul, Imperador e exilado em Elba. Desta forma este trabalho se dividirá em capítulos que sintetizaram estes períodos, tomando como base os comentários como parâmetro na construção do personagem analisado.

O primeiro capítulo intitulado, “O Nosso Soldado: O General lê Maquiavel”, tratará do início da formação de Bonaparte e suas primeiras atitudes para sair do anonimato e entrar para a história da França. O segundo capítulo intitulado, “O Nosso Salvador: O Cônsul compreende Maquiavel,” analisará a forma como Bonaparte utilizou as idéias de “O Príncipe,” para realizar o golpe do 18 de Brumário. O terceiro capítulo intitulada, “O Nosso Príncipe: Bonaparte se torna Napoleão I”, analisará o período no qual Napoleão adotará o modelo de soberano encontrado em “O Príncipe” para construir sua própria imagem como Imperador. O Quarto capítulo intitulado “O Príncipe foi exilado: Bonaparte reflete sobre Maquiavel,” analisará as últimas reflexões de Bonaparte em relação a “O Príncipe.”

do que matar um representante desta dinastia sob a acusação de conspiração contra a revolução.

Além de uma demonstração de força, atraiu o apoio de muitos regicidas e como eram maioria no governo, facilitaram ainda mais a definitiva ascensão de Bonaparte. Este fato realmente se tornou emblemático, prova se faz que depois da morte do duque D'Enghien, a oposição realista praticamente foi sepultada, e seus adeptos só ressurgiram após o declínio do Império.

Esta conspiração Anglo-Realista do ano XI, constituiu um acontecimento que colaborou ainda mais com a ascensão de Bonaparte ao trono francês, pois após sua reprimenda veio a tona um programa discutido em Champagny em 1801 de que: “precisamos de um rei que seja rei porque eu sou proprietário, que tenha uma coroa porque eu tenho lugar: precisamos, portanto, para acabar com a revolução, de um rei criado por ela e extraindo seus direitos dos nossos”, neste sentido nada melhor do que inventar uma nova dinastia, esta proposta foi levada a plebiscito tendo um resultado bastante favorável as pretensões de se instituir um Império com aceitação popular.

Como Cônsul, Bonaparte utilizou as lições de Maquiavel para sedimentar o seu poder. Neste capítulo, percebemos que Bonaparte assume o modelo proposto de O Príncipe, e através dos “conselhos” de Maquiavel, funda o seu Estado, com suas leis, seu Exército, e o nascimento de uma nova aristocracia.



CAPÍTULO III

“O Nosso Príncipe: Bonaparte se torna Napoleão I”

Neste capítulo, Napoleão Bonaparte será apresentado como um soberano que constantemente busca legitimar seu poder através da construção de uma imagem, baseada no modelo de O Príncipe, utilizando-a na manutenção de seu poder, que havia nascido frágil por não estar assentado sobre a hereditariedade e o direito divino mas através das armas.

Entre muitos nomes citados por Maquiavel em O Príncipe existe um que parece ser um dos grandes espelhos para o pensador florentino como homem concentrado na política e no poder e que tinha uma visão realista em relação aos acontecimentos que o cercavam, este homem foi seu contemporâneo César Borgia, duque de Romanha, com o qual tratou de negócios diplomáticos em 1502 e 1503. No VIII capítulo de O Príncipe, quando Maquiavel cita o nome de César Borgia, Napoleão irá comentar que “não seria bom no mundo outro César Borgia além de eu mesmo”; outro exemplo desta certeza em possuir as virtudes apontadas por Maquiavel e sua inexorável predestinação é o comentário que Napoleão faz sobre Hierão de Siracusa, que no capítulo VI, é apontado em O Príncipe como exemplo de conquistador de um principado obtido pelas armas e virtudes, Napoleão o “predestinado” irá dizer que “minha mãe freqüentemente afirmou o mesmo a meu respeito; amo-a pelos seus prognósticos”, assim podemos refletir que Napoleão se considerava o próprio príncipe de Maquiavel, neste sentido investigaremos se esta tendência irá continuar na sua fase de Imperador. A coroação desejada por Napoleão, deveria ser sagrada pelo Papa, pois tinha como objetivo a legitimação de sua monarquia pelo Direito divino. Sagrado pelo Papa em 2 de dezembro de 1804 em

Nôtre-Dame, esta unção religiosa foi pensada, para inclusive mascarar a origem revolucionária de seu poder.

Sobre a forma de assumir um trono ao qual a sucessão estava ligada a hereditariedade, Maquiavel no segundo capítulo de *O Príncipe* afirmava que para se manter o poder na condição de herdeiro as dificuldades são bem menores, pois apenas uma poderosa força externa poderia destronar este sucessor, após ter o mesmo cometido graves deslizes na prática política. A questão da hereditariedade preocupou Bonaparte, neste sentido comentando esta passagem do II capítulo de *O Príncipe* sobre os principados hereditários relatará: “veremos. O que favorece é não o haver tirado dele (Luís XVI), mas de um terceiro, que não passava de um lodaçal de republicanismo. O odioso da usurpação não recai sobre a minha cabeça; os forjadores de frases, a meu soldo, de tal o persuadiram: “destronou simplesmente a anarquia”. Meus direitos ao trono da França não estão mal fundamentados na novela de Lemont...quanto ao trono da Itália, terei uma dissertação de Montga...isto é necessário para os italianos que apreciam bons oradores. Bastaria uma novela para os franceses. O populacho iletrado terá as homilias dos bispos e curas que eu criar, bem como um catecismo aprovado pelo núncio apostólico, e não resistirá a essa magia. Não falta coisa alguma, visto que o Papa ungiu minha frente imperial. Sob este aspecto devo parecer mais inamovível que qualquer Bourbon”, mais à frente analisaremos este último trecho deste comentário.

O fausto que envolveu a coroação de Napoleão, como afirma Bossuet citado por Peter Burke na sua obra *A Fabricação do Rei*, tinha a intenção de ser “deslumbrante e magnífica” para “imprimir aos povos certo respeito”¹, pois além da presença do Papa em

¹ Burke, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV/ tradução, Maria Luíza X. de A. Borges*- Rio de Janeiro: Zahar ED., 1994. P 17.

Paris, já que Carlos Magno teve que ir a Roma para ser sagrado, as próprias vestimentas do imperador, a sua coroa o seu cetro, todos cravejados de pedras preciosas e a própria cerimônia simbolizavam o poder ao qual Napoleão detinha, este acontecimento foi magnificamente retratada por Jacques Louis David na tela “A Consagração.”

A preocupação com os mínimos detalhes em relação ao fausto, lembrava os reis absolutos, a busca de símbolos que representassem o novo Imperador dos Franceses como a Águia de asas desfraldadas, a mesma que simbolizava Roma e Carlos Magno, símbolos de poder, o livro de memórias de Fauvelet de Bourrienne, que era secretário particular de Napoleão, afirma que antes da coroação teria ido a casa do joalheiro Biennais para “contemplar as jóias da coroa cuja forma estranha e folhas douradas recordavam mais a antiga coroa dos Césares que a França”.

A sua própria coroação se torna, um grande exemplo desta construção de seu poder, fato evidenciado no momento em que o Papa iria colocar a coroa na cabeça de Napoleão este se levanta e toma das mãos do pontífice a coroa e coloca na própria cabeça e na cabeça de Josefina demonstrando que só existia um protagonista nesta encenação.

Uma das características do período imperial, são as conquistas territoriais, principalmente após o início do “sistema continental”, que para o próprio Napoleão a única maneira de manter a paz na França seria através do desaparecimento na Europa do antagonismo entre a Revolução e o Antigo Regime. Assim buscou fazer “alianças” com as demais nações, que na verdade não passava de uma tentativa de domínio militar e econômico. No III capítulo referente aos principados mistos, Maquiavel ressalta que o príncipe deve residir nas províncias em que existe uma língua e cultura diferentes do conquistador, como forma de manter a ocupação, todavia Napoleão irá utilizar de outro meio para manter estas ocupações: “suprirei esta lacuna por meio de vice-reis, que serão

apenas dependentes meus: farão apenas o que eu ordenar, sem o que serão destituídos.”

Napoleão realmente utilizou desta manobra, inclusive nomeando pessoas de sua família ou pessoas subservientes que só recebiam ordens e mantinham a ferro e fogo as ocupações, como exemplo temos José Bonaparte (1768-1844) feito rei de Nápoles de 1806 a 1808 e rei de Espanha de 1808 a 1813, Joaquim Murat (1767-1815) casado com a irmã de Napoleão Carolina, comandante de cavalaria e marechal do Império, feito vice-rei de Nápoles em 1808, Jerônimo Bonaparte (1784-1860) feito vice-rei da Westefalia em 1807, Carlos Bernadotte (1763-1844) Marechal do Império, feito rei da Suécia em 1818.

A centralização do poder nas mãos de Napoleão foi uma das marcas da administração do estado francês sob domínio do Império Napoleônico. Bonaparte julgava ter seguido a lição defendida por Maquiavel, que no VII capítulo de o Príncipe, afirmou a necessidade de se ter firmeza e concentração de poder nas mãos do soberano, para se fazer um bom governo. Dá o exemplo do duque de Urbino que após ter conquistado a Romanha, de senhores incapazes e que apenas semeavam a anarquia, centralizou o poder e nomeou Remiro de Orco, homem “cruel e despachado”, que em pouco tempo pacificou toda a Romanha. Napoleão garante ter seguido estas lições, indagando: “não foi o que fiz ? era preciso firmeza e rigor para conter a anarquia”, que para Napoleão era a Republica francesa, e sobre quem iria ser o seu principal colaborador, diz: “F..., serás o meu Orco”, com certeza estaria falando de Fouché, o chefe da polícia secreta, conhecido como o metralhador de Lion, por ser o responsável por 1906 execuções em 1794.

Fouché, após ajudar Bonaparte no golpe de estado do 18 Brumário foi nomeado ministro da Polícia do Consulado, revelando-se policial eficientíssimo, desvendou em pouco tempo o caso da "maquina infernal", uma carroça com explosivos que, por pouco, não tirou a vida do cônsul em 24 de dezembro de 1799, quando Bonaparte ia à Opera.

Bastou-lhe a distribuição de mil luízes para que os nomes dos seguidores do monarquista Cadoudal, o mentor da conspiração Anglo-Realista, viessem parar sobre a sua escrivaninha. Napoleão deu-lhe carta branca, Fouché não se fez de rogado, por todas aldeias, vilas ou cidades da França os seus olhos e ouvidos, tudo viam e tudo sabiam, registrando qualquer detalhe nos seus intermináveis dossiês.

Durante seis dias da semana preparava um relatório especial para o Imperador onde seguramente mais de vinte itens eram avaliados por ele (intrigas palacianas, reação às novas medidas governamentais, o pregão da bolsa de valores, as deserções no Exército, a prisão de agentes estrangeiros, o resultado dos interrogatórios, novos crimes, as ofensas ditas pelos soldados, os incêndios, as rebeliões contra a polícia, o resultado da correspondência interceptada, a reação do público com as novas vitórias militares, o conteúdo da correspondência interministerial, quais as pessoas detidas ou colocadas sob vigilância especial, etc..). Assim, considera-se Fouché o fundador da moderna polícia política, e que tão bem foi usada pelo regime Napoleônico, como forma de manter os franceses “pacificados”.

Esta tendência em concentrar o poder em suas mãos e de se tornar um déspota, fica evidenciado no comentário de Napoleão sobre o relato de O Príncipe de que o duque de Urbino temia um poder excessivo e por isso nomeou um tribunal civil, com representantes das províncias. Napoleão discordando desta postura afirmara que “por esta razão acabo com o teu ministério e agrego-te à aposentadoria do meu senado” e que criará “ uma comissão senatorial da liberdade individual que, entretanto, fará apenas o que eu quiser”, realmente o poder legislativo após o golpe do 18 Brumário perdeu completamente sua capacidade legislativa, pois a partir de 1807 não ocorriam discussões e debates legislativos,

e praticamente não existia mais sessões no corpo legislativo, e o Império passou a ser legislado através de decretos.

Para se manter a docilidade do senado foram oferecidas muitas vantagens para os senadores, tornando-se enormes os recursos e emolumentos destinados aos senadores que aos poucos os acomodavam a esta nova situação. O poder judiciário era facilmente corrompido, sua estrutura foi sendo moldada para que fossem mantidas e defendidas os interesses da aristocracia do novo regime, o que por sinal não é nenhuma surpresa, pois invariavelmente os juizes pertencem as classes dominantes.

O casamento de Napoleão com Maria Luísa Habsburgo, o torna aliado dos Habsburgo. E o deixa mais próximo da imagem ideal de um verdadeiro Imperador, assim como tinham sido os Bourbons. Neste sentido, a lição de Maquiavel, que no XIX capítulo ressaltava que “um príncipe, de fato, deve recear dois perigos: um, interno, por conta dos súditos, e o outro, externo, por conta das potências estrangeiras. Destas últimas se defende com bons exércitos e bons amigos, e se tiver bons exércitos terá bons amigos”. Napoleão comentará que “disso dei provas admiráveis e meu casamento (com Maria Luísa Habsburgo da Áustria) é sua mais alta expressão,” este casamento com Maria Luísa da Áustria, foi fruto da grandeza ao qual o império Napoleônico desfrutava. E para concluir uma rede de influência e aliados na Europa, eleva ao trono em várias nações seus familiares. Bonaparte torna-se irmão ou líder de quase todas as cabeças coroadas da Europa. Definitivamente, Napoleão conclui seu projeto, apaga seu passado ao se divorciar de Josefina, que não podia lhe dar um herdeiro legítimo, e agora obtinha mais uma prova de seu merecimento como Imperador dos franceses, pois este casamento com uma Habsburgo deu aos Bonaparte status de família nobre, afugentando as marcas da revolução que não agradavam a Napoleão pois este sabia que um soberano fruto de uma revolução regicida desagradava os

demais soberanos europeus. Internamente o casamento demonstrava aos franceses a força e a importância de Napoleão no âmbito internacional.

Uma das grandes dificuldades apontadas por Maquiavel é agradar os soldados e o povo, pois o povo para o pensador deseja a paz e a tranquilidade, preferindo “os príncipes moderados”, já os soldados preferem os príncipes belicosos e saqueadores para que suas ambições fossem saciadas, neste sentido Napoleão analisando esta afirmação relata a sua condição: “a minha situação é difícil. E não se deve imputar-me ambição guerreira, porém aos meus soldados e generais, que a transformaram em gênero de primeira necessidade. Matar-me-iam se os deixasse mais de dois anos sem a isca de uma guerra”. A grandeza de Napoleão teve origem em sua carreira militar, e sua estabilidade no poder dependia do Exército sempre pronto a reprimir qualquer tentativa de levante ou de invasão e recondução dos Bourbons ao poder (Chouannerie, conspiração Anglo-Realista do ano XI, colisões internacionais...), todavia para se manter um grande Exército como era o francês necessitasse de grandes recursos e de uma regular conscrição, o que por sinal era bastante impopular, principalmente entre as massas populares pois não tinham como fugir da convocação como os jovens abastardos que podiam comprar a sua dispensa.

Entretanto Napoleão tinha consciência de que deve-se como prescreveu Maquiavel “em primeiro lugar esforçar-se para não ser odiados por todos e, não conseguindo isto, deviam empenhar toda sua engenhosidade e malícia, utilizando todos os expedientes para fugir ao ódio das classes mais poderosas”, assim o Imperador afirmou que a classe mais poderosa “é sempre o Exército, quando tem tantos soldados como o meu.” Em relação ao Exército desde sua fase como general ficou provado que Napoleão sabia lidar com as paixões da tropa, liberando e até auxiliando o saque em território italiano, como também favorecendo o pagamento do soldo pontualmente. Todavia para se manter um poder que

não tinha vinculação secular ou mesmo institucional, pois o Golpe do 18 Brumário foi de encontro a constituição do ano III, dependia não só de um Exército, mas, principalmente de apoio popular, tanto que para cada momento da ascensão de Napoleão foi realizado plebiscitos para legitimar o seu poder.

Assim para manter o apoio popular foi necessário utilizar de algumas lições maquiavélicas, no capítulo XX, Maquiavel afirma que “o príncipe pode conquistar com extrema facilidade aqueles que, tendo sido seus inimigos no início do principado, necessitaram depois de apoio para sobreviver”, e realmente Napoleão já vinha procurando na medida do possível cooptar os emigrados pela revolução, ou seja, aqueles que faziam parte do Antigo Regime que começavam a regressar ao território francês recebendo os bens que ainda não tinham sido vendidos ou incorporados. Mas o grande exemplo destas articulações de Napoleão, no intuito de conseguir a aceitação de todos, foi a sua atuação junto à Luís de Bourbon, genro do rei da Espanha, que só foi alçado ao trono da Toscana em 1802, graças a Bonaparte. Neste sentido procurou cumprir com seu comentário sobre a afirmação acima transcrita de Maquiavel: “Tal como ganhei nobres, que por ambição ou falta de dinheiro precisavam de empregos, e os emigrados, aos quais voltei a abrir as portas da França e restituí os bens.”

O patrocínio à volta dos emigrados para ocupar não raras as vezes cargos de destaque na administração da França, dava-lhe funcionários experientes, e fiéis, que se tornaram gratos ao gesto de “solidariedade,” que não tiveram no início da revolução. Todavia as formas de manutenção e justificação do poder não param por aí, pois segundo Maquiavel no capítulo XXI que trata das formas “de como um príncipe pode fazer-se estimar,” afirma que, “nada atrai tanta estima para um príncipe quanto a execução de grandes empreendimentos”, Napoleão por sua vez aceita esta lição e

conclui que “com eles (grandes empreendimentos) me elevei e unicamente com eles posso me manter. Se não me lançasse em outros novos que sobrepujassem os anteriores, decairia”.

Esta última afirmação é confirmada pelas inúmeras construções no estilo neoclássico, estes planos tornaram-se o estilo do Império, tinha como característica a monumentalidade e grandiosidade. Faz questão de estar pessoalmente nos canteiros de obras. Visita as obras que mandou fazer no Louvre, confirma sua decisão de construir uma coluna na praça Vendôme, seguindo o modelo da coluna de Trajano e um Arco do Triunfo na praça do Carrossel, ambos destinados a celebrar a glória do Grande Exército, e mais um arco do triunfo na avenida Champs-Élysées, cuja pedra fundamental ele colocará em 15 de agosto de 1806 dia em que se festeja o dia de São Napoleão. Esta tendência também foi bastante explorada na “propaganda” utilizada para engrandecer o Imperador, assim artistas como David, Gros, Géricault, Prudhon foram mobilizados a serviço do regime.

Napoleão buscava uma arte triunfal caracterizada pelo arco e a coluna, para enraizar nas multidões o mito do imperador, o culto a sua personalidade, que dispunha como foi citado anteriormente de um calendário litúrgico próprio com festas fixas como a de São Napoleão.

Manda fazer fontes em muitos bairros de Paris, lança uma ponte sobre o Sena, cria cais ao longo do rio, e para embriagar não só os olhos mais também as mentes dos súditos segue as idéias de O Príncipe que no XXI capítulo, afirma que o soberano “deve, ademais, nas ocasiões adequadas do ano, manter o povo entretido com festas e espetáculos,” “e como toda cidade é dividida em organizações juramentadas e grupos familiares, o príncipe deve considerar essas comunidades, reunir-se com elas uma vez

ou outra, dar exemplos pessoais, de humanidade e generosidade, mantendo contudo sempre firme a majestade e dignidade de sua posição, pois estas não devem ser dispensadas jamais, em circunstancia alguma.”

Napoleão assume esta lição e vai mais além e garante que “as festas e os ofícios religiosos não poderiam me servir. Sua supressão é compensada com maior utilidade para mim com a pompa de minhas festas civis,” promove festas ocasionais em forma de culto que seguia um ritual que ia de ofícios religiosos, banquetes para os notáveis, jogos ao ar livre, auxílios distribuídos aos pobres, ordena a publicação do catecismo imperial, “Honrar e servir ao imperador é honrar e servir ao próprio deus”, assim devem-lhe “amor, obediência, fidelidade, o serviço militar, os tributos determinados para a conservação e a defesa do império e de seu trono.” Bonaparte não vê na religião o mistério da encarnação, mas o mistério da ordem social, ela vincula ao céu uma idéia de igualdade que impede que o rico seja massacrado pelo pobre, pois resfria as idéias de mudanças e transformações na vida terrena e ensina que apenas encontraremos o paraíso após a morte. Napoleão nunca se submeteu a nenhuma instituição religiosa, sempre fez uso da fé para aumentar seu poder. Liberalizou o culto das religiões protestante e Judaica, trazendo bastante popularidade ao Império. Em relação à Igreja Católica, a manteve, sob seu domínio, fazendo dos padres verdadeiros baluartes do Império Napoleônico.

Neste capítulo, observamos que Napoleão procurou personificar o modelo apresentado por Maquiavel em O Príncipe. Napoleão usufruía de um poder absoluto, e constantemente buscou legitimava seu poder, através de uma série de ritos e símbolos, atitudes e gestos programados para justificarem a sua coroação.



CAPÍTULO IV

“O Príncipe foi exilado: Bonaparte reflete Sobre Maquiavel”

Seus comentários a O Príncipe de Maquiavel terão como última fase a sua permanência em Elba, e apresentarão um homem que ainda tem esperanças de retornar à antiga condição de soberano, todavia, também busca através das lições de Maquiavel encontrar algumas explicações para o seu declínio.

A batalha da Rússia iniciada em fevereiro de 1812 foi o marco inicial do declínio do poder de Napoleão. A derrota na campanha da Rússia, com a deplorável fuga de Napoleão e do seu exército em 19 de outubro, enfraqueceu ainda mais o Exército e pôs fim a aliança entre França, Prússia e Áustria.

Em 1813, a Prússia, Áustria e Rússia se unem e iniciam uma guerra contra a França com o intuito de retirar Napoleão do trono francês. Depois da conhecida “Batalha das Nações” em Leipzig, as forças da coalizão entram em Paris em 31 de março de 1814.

No dia 6 de abril o imperador abdica do trono em Fontainebleau, e vai se exilar na Ilha de Elba. O ex- imperador da metade da Europa, era agora Príncipe de uma ilha a 11 quilômetros da costa italiana, com apenas 350 quilômetros quadrados e com uma população de apenas 100 mil habitantes.

Este período é como uma espécie de ressaca, após um desastroso fim de festa, pois a partir desta situação de derrota e declínio, do até então Imperador dos franceses, se torna um momento de refletir sobre os acontecimentos ocorridos e de mostrar aos olhos da História que ainda é o homem certo para governar a França.

O seu tempo na ilha será preenchido com preocupações em relação a sua segurança física e econômica. O tratado em Fontainebleau dispôs que o governo francês pagaria a

Bonaparte 2 milhões de francos por ano e fundos a sua mãe, todavia, este acerto não foi cumprido, então Bonaparte começou a vender suas propriedades e viu sua vida correr riscos, pois sabia que tinha muitos inimigos e para manter um pequeno Exército sob seu comando e disposto a lhe proteger, tinha que dispor de recursos que se escasseavam com o decorrer do tempo.

Após Napoleão, os Bourbons através de Luís XVIII foram reconduzidos ao trono francês, pelas nações que compunham a “sétima coalizão,” no entanto, Luís XVIII, já estava velho e sem muita expressão e se tornou insignificante frente a grandeza construída pelo imperador Bonaparte.

Mesmo no exílio, Bonaparte parece subestimar a capacidade de Luís XVIII em se manter no poder, lembra a lição de Maquiavel que no VII Capítulo de O Príncipe, ressalta que os principados conquistados sob as armas dos outros, “se apoiam simplesmente na vontade e fortuna de quem lhes concedeu o poder, duas coisas muito volúveis e instáveis.” Napoleão irá afirmar que “muitos outros se encontram na mesma situação,” possivelmente refere-se a Luís XVIII. Bonaparte julgava que Luís XVIII não estava preparado para manter o poder, pois segundo Maquiavel, estes soberanos impostos por forças exteriores: “se não são homens de grande gênio e valor, não é razoável que tendo vivido sempre como cidadãos ordinários, cuidando de afazeres privados,” “saibam comandar” pois “não dispõe de forças que lhe sejam leais e féis.” Napoleão comenta que “nisto os espero” (se referindo a falta de apoio ao Bourbon). Demonstrando confiança em seu retorno ao trono de França.

Através das várias visitas que recebeu na ilha, soube da recessão econômica e da indiferença do povo e do Exército frente ao novo soberano, tanto que comentando uma passagem de Maquiavel em seu capítulo II de O Príncipe disse que “devido à antigüidade e à continuidade do domínio, ficam extintas as recordações das mudanças e as razões das

inovações, visto que uma mudança sempre fornece o pretexto para uma nova mudança,” Bonaparte comenta que “quantos pretextos me deixam! Todos os demais ainda estão aí e seria preciso que não ficasse sequer um para que eu perdesse toda a esperança. Voltarei a encontrar minhas águias, meus N (sic), meus bustos, minhas estátuas e quem sabe, ainda, a carruagem imperial de minha coroação. Tudo isto, aos olhos do povo, fala incessantemente em meu favor e me traz à sua lembrança”.

A confiança de Napoleão a respeito do apoio que receberá no seu retorno à França é tão grande que comentando uma passagem de O Príncipe, cita o retorno de Alexandre VI a Romanha e sua festejada recepção, comentará “como a França esperou por mim depois de meu desastre em Moscou” e sobre o apoio que Orsini não teve de Roma, Napoleão afirma que “ainda que politicamente falando, eu estivesse quase moribundo em Smolensk nada tive a recear dos meus”, o que realmente se confirmará na sua chegada a França com um engajamento quase que total dos militares à volta de Bonaparte, e mesmo alguns traidores pediram para retornar ao seu comando, como o caso de Joaquim Murat, ao qual foi citado em comentário ao Príncipe no momento em que o florentino fala sobre os italianos, Bonaparte irá praguejar: “Joaquim! Covarde traidor ! há de remir suas culpas”, pois estes sentimento o mantém fora da cavalaria na batalha de Waterloo, se tornando um grave erro, pois não tinha ninguém com a mesma capacidade e astúcia, e principalmente força e determinação na hora de combater a excelente infantaria inglesa, que através de comandos de defesa em forma de quadrado resistiu aos ataques da cavalaria, todavia com Murat os golpes contra esta formação poderiam ter efeito, e teria sido decisivo para uma possível vitória dos franceses.

Napoleão fará reflexões mais realistas sobre sua condição no poder, tanto que comentando um trecho do capítulo IX do Príncipe assegura que “aquele que atinge a

condição de príncipe graças ao povo encontra-se só,” Napoleão por sua vez afirma “não consegui persuadir que me achava neste caso. Depois de meu regresso procurarei trabalhar melhor para isso”, continua comentando Maquiavel que no mesmo capítulo disse que “além disso, não se pode honestamente e sem prejuízo de outros satisfazer aos grandes”, Napoleão relata sobre a sua condição testemunhando que “os meus eram insaciáveis. Esses homens, oriundos de uma revolução, nunca se dão por satisfeitos. Fizeram-na só para enriquecer-se e a cobiça vai triunfar e o favorecem antecipadamente, é apenas para obter seus favores. Depois, destruirão aquele a quem elevaram, quando ele não tiver sempre o maior perigo em nos servirmos de tais partidários. Mas como eu careço de outro apoio! Ah! Tivesse eu o direito de sucessão ao trono esses homens não podiam vender-me ou prejudicar-me!” Neste sentido, Napoleão mesmo tendo executado medidas para remediar a questão da falta de direito hereditário ao trono francês, parece ter percebido que ainda naquele momento histórico, ter origem nobre, facilitava a manutenção do poder.

Ainda sobre estes grandes, Maquiavel afirmava que “deve-se temer os grandes pois como têm bastante astúcia buscam a segurança daquele que percebem que será vitorioso,” e Napoleão lembrando Murat e Talleyrand ,que sempre manteve uma forte ligação com os austríacos, e que arquitetara a sua deportação para Elba, isto sem falar de Maria Luísa que não lhe acompanhou à ilha, irá comentar: “incrível eu não ter previsto que esses ambiciosos, sempre prontos a se anteciparem aos ditames da fortuna, me abandonariam e até me entregariam ao inimigo, desde que eu caísse na adversidade! Farão a mesma coisa a meu favor, contra ele, enquanto me virem em situação firme, mas sempre dispostos a se recolocarem contra mim, oportunamente, se o meu poder se mostrar vacilante. Por que não pude formar novos grandes homens?”

Bonaparte reflete e demonstra algumas idéias que lhe seguiram durante seu período como soberano, de forma a se mostrar superior a qualquer substituto, tanto que escreve sobre a lição encontrada no capítulo XV onde “O príncipe nunca deve desviar o pensamento do exército da guerra, devendo exercitar-se mais nos períodos de paz do que nos tempos de guerra, o que pode realizar de duas formas: uma através das ações e outras através do pensamento”, Napoleão afirma “que segredo lhes revela, Maquiavel! Porém eles não te lêem nem lerão jamais”. Este comentário demonstra a importância que a obra do florentino exerce sobre a formação de Napoleão, demonstrando que suas ações na História foram influenciadas por uma análise detalhada e constante da obra de Maquiavel, que utiliza de exemplos e de fatos encontrados na História para balizar suas idéias. A importância da História que também serve de lição, tanto que Maquiavel irá afirmar que “com relação ao exército do pensamento, o príncipe deve ler as obras de História”, e Napoleão acatará confirmando que: “desgraçado do estadista que não lê”.

Um dos últimos comentários de Napoleão a O Príncipe foi no capítulo XXII, referente a seguinte observação : “diante disso, concluímos que os bons conselhos, venham de onde vierem, dependem da sabedoria do príncipe, enquanto que a sabedoria do príncipe não depende dos bons conselhos,” que merece de Napoleão o seguinte comentário “onde está a cabeça reinante capaz disto? Numa ilha do Mediterrâneo.” Esta é mais uma prova que a imagem política promovida por Bonaparte, está intrinsecamente ligada a figura “de O Príncipe” criada por Maquiavel, que utilizou de sua experiência como embaixador e através de exemplos encontrados na história montou uma espécie de quebra cabeça com partes de vários soberanos e homens públicos, para montar este personagem, que nos parece ultrapassar os séculos.

CONCLUSÃO

Procurei analisar a utilização do modelo de soberano elaborado por Nicolau Maquiavel em O Príncipe, na construção da imagem e da prática política de Napoleão Bonaparte, desde seu período como general passando pelo consulado, império e terminando em seu primeiro exílio na Ilha de Elba.

Esta utilização das idéias de Maquiavel encontradas em O Príncipe, por Napoleão são fundamentais para a compreensão desta enigmática figura, que atrai os olhos de muitos pesquisadores da história e de outras ciências correlatas, pela maneira e condição que alcançou o poder na França, acredito que através deste trabalho contribuí, mesmo que de forma bastante singela, para entendermos que as idéias políticas ou sociais podem influenciar diretamente os acontecimentos históricos.

Neste sentido, percebemos que Bonaparte na sua ascensão, necessitava de algo que lhe desse sustentação, que exercesse um papel de guia e que fosse a coluna vertebral de seu poder. Na sua formação intelectual, as leituras dos grandes personagens da história faziam parte de seu cotidiano, era versado no conhecimento destes grandes homens da antigüidade, soberanos poderosos que através de suas capacidades militares ou políticas aumentavam seus domínios e entravam definitivamente para a galeria de imortais da história. O jovem Bonaparte parece-me, ter ficado fascinado com a vida destes famosos personagens, e desejado se tornar o equivalente em sua época a um grande César. Inicialmente buscou ser soberano em sua pequena terra natal, todavia as circunstâncias não lhe favoreceram, desembarcando definitivamente no território francês como um pirata em busca das jóias da coroa. Através da sua competência e pela escassez de oficiais, rapidamente se tornou General, ficando a frente de grandes campanhas, entretanto desejava mais do que um

exército para liderar, e como uma raposa percebia que sua caça estava desprotegida, só bastava adentrar no círculo do poder.

A instabilidade política favoreceu a ascensão de Bonaparte, enquanto a maioria dos funcionários franceses, muitos já idosos, se preocupavam apenas em manter os bens usurpados durante a revolução, o jovem corso se concentrava no poder. Esta trajetória, sempre foi acompanhada, pela leitura de O Príncipe, como faz prova seus comentários, essas leituras serão responsáveis pela formação do personagem histórico Napoleão Bonaparte. Como não possuía a legitimação de um poder hereditário, ou mesmo institucional, pois seu poder será uma consequência da revolução, utilizará as idéias de Maquiavel, para compor estas lacunas em sua formação, e nada melhor do que assumir o modelo apresentado em O Príncipe, para se tornar em poucos anos o soberano mais poderoso da Europa.

Estas lições servirão para sedimentar o seu poder, e estabelecer uma política de manutenção de sua soberania. Através da personificação de O Príncipe poderia usufruir e legitimar um poder absoluto. Assim procurei fazer uma análise histórica, que buscou perceber a formação de um personagem, através de sua leitura, de uma obra que utiliza acontecimentos históricos para sustentar suas teorias, e que será através das práticas destas teorias, que se dará a construção da imagem de Napoleão Bonaparte.

BIBLIOGRAFIA

- BATH, Sérgio. *Maquiavelismo- A Prática Política Segundo Nicolau Maquiavel*. 1ª ed, São Paulo, Ática, 1992.
- BOBBIO, Norberto, *Dicionário de Política*. 9ª ed, Brasília, UNB, 1997. Vol.1 e Vol.2.
- BOBBIO, Norberto, Maquiavel. In: *Teoria das Formas de Governo*. 1ª ed, Brasília, UNB, 1981.
- BOURRIENNE, Fauvelet. *Napoleão Imperador: memórias do seu secretário particular*. S/E, S/L, Casa Hispano-América, 1914.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem de Luís XVI*. 1ª ed, Rio de Janeiro, Zahar, 1994.
- CHÂTEL, François, 1925- *História das idéias políticas e sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- DUFRAISSE, Roger. *Napoleão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.
- FURET, François e OZOUF, Mona. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1989.
- GALLO, Max. *Napoleão*. Rio de Janeiro. Casa Jorge Editorial, 2003. Vol.1 e Vol.2.
- GOMBRICH, EH. *A História da Arte*. 16ª ed, Rio de Janeiro, LTC, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. 8ª ed, Brasília, Civilização Brasileira, 1991.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel*. 9ª ed, LePM, 1980.
- HOBSBWM, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. 3ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- JOHNSON, Paul. *Napoleão*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no Tempo de Maquiavel: Florença e Roma*. 4ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

LAROSSA, Jorge. *Pedagogia Profana: Danças, Piruetas e Mascaradas*. 2ª ed, Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe: Comentários de Napoleão Bonaparte*, 18ª ed, Curitiba, Hemus, 2002.

REMONT, René. *Introdução à história de nosso tempo*. 2ª ed, São Paulo, Cultrix, 1986.